



**Texto para Discussão 007 | 2023**

*Discussion Paper 007 | 2023*

# **Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022\***

**Cassiano José Bezerra Marques Trovão**


*Professor Adjunto do Departamento de Economia, coordenador do PPECO e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Desenvolvimento (GEPD) e do Núcleo de Análise Econômica Multissetorial, Estratégica e Conjuntural (NEMEC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*


**Antonio Hermes Marques Da Silva Junior**

*Professor Adjunto do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

**Juliana Bacelar de Araújo**

*Professora Adjunta do Departamento de Economia, professora do PPECO e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Desenvolvimento (GEPD), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*





# **Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022<sup>1</sup>**

**Outubro, 2023**

## **Cassiano José Bezerra Marques Trovão**

*Professor Adjunto do Departamento de Economia, coordenador do PPECO e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Desenvolvimento (GEPD) e do Núcleo de Análise Econômica Multissetorial, Estratégica e Conjuntural (NEMEC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

## **Antonio Hermes Marques Da Silva Junior**

*Professor Adjunto do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

## **Juliana Bacelar de Araújo**

*Professora Adjunta do Departamento de Economia, professora do PPECO e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Desenvolvimento (GEPD), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

---

Texto para Discussão. UFRN. DEPEC, Natal, n. 007, out., 2023.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao CNPq pelo financiamento do projeto de pesquisa “Observando a Insuficiência Socioeconômica no Brasil” e à CAPES pelas bolsas de pesquisa (PIBIC) que financiaram distintos alunos de iniciação científica ao longo da vigência do Projeto de pesquisa “Observatório das Desigualdades” coordenado pelo professor Cassiano Trovão do DEPEC/CCSA da UFRN.

### Abstract

The article proposes 1) to explore the concept of socioeconomic insufficiency as a multidimensional phenomenon that characterizes modern capitalist societies, 2) to present the Multidimensional Socioeconomic Insufficiency Index (MSII), a new instrument for socio-economic analysis, and 3) to demonstrate an application for the indicator by estimating the MSII for the macro-regions of Brazil for the years 2016, 2019 and 2022. The MSII was designed to support studies and approaches to themes and dimensions that define it. It allows wide applications in statistical investigations, such as population censuses or household sample surveys.

**Keywords:** Socioeconomic Insufficiency, Multidimensionality, Index, Brazil

### Resumo

O artigo propõe-se 1) a explorar o conceito de insuficiência socioeconômica como um fenômeno multidimensional que caracteriza as sociedades capitalistas modernas, 2) a apresentar o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (MSII), um novo instrumento de análise socioeconômica, e 3) a demonstrar uma aplicação do indicador por meio das estimativas do IISM para as macrorregiões do Brasil para os anos de 2016, 2019 e 2022. O IISM foi concebido para subsidiar estudos e abordagens de temas e dimensões que servem de base para sua definição. Essa metodologia permite amplas aplicações em investigações estatísticas, como censos populacionais ou pesquisas domiciliares por amostragem.

**Palavras-chaves:** Insuficiência Socioeconômica, Multidimensionalidade, Índice, Brasil

## 1. Introdução

Os objetivos deste artigo são 1) explorar o conceito de insuficiência socioeconômica como um fenômeno multidimensional que caracteriza as sociedades capitalistas modernas, e 2) apresentar o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), um novo instrumento de análise socioeconômica destinado a apoiar estudos e abordagens abrangentes sobre os temas e as dimensões que definem esse fenômeno. O IISM foi pensado para ter ampla aplicação em investigações estatísticas, como censos populacionais ou pesquisas amostrais domiciliares.

Além desta introdução, este estudo está subdividido em quatro seções. A primeira seção apresenta breve revisão da literatura sobre mudanças na compreensão de alguns fenômenos relacionados à Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), como pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano. Concentramos nossos esforços, principalmente, na apresentação do caráter complexo e dinâmico que esses conceitos têm assumido ao longo do tempo e em como a sua evolução tem contribuído para a nossa compreensão da definição da ISM. A segunda traz informações sobre a base de dados utilizada, bem como a abordagem metodológica para o cálculo do IISM. A terceira apresenta uma aplicação, um estudo de caso, para os dados de 2016, 2019 e 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Nessa seção, exploramos o IISM e o estimamos para o total da população brasileira e seus domicílios, com base em uma abordagem macrorregional. A última seção traz algumas considerações finais.

## 2. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional e outros fenômenos a ela relacionados: uma revisão de literatura sobre seus principais conceitos e definições

A Insuficiência Socioeconômica é uma condição que se manifesta por meio da insuficiência de acesso, em múltiplas dimensões, a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade. Por se manifestar multidimensionalmente, combina características de dois outros fenômenos, a saber, pobreza e desigualdade. A privação de acesso, característica da pobreza, termina por diferenciar, classes e grupos sociais na medida do nível dessa privação, o que faz com que esse fenômeno também possua características associadas à desigualdade. Nessa seção, exploram-se as evoluções conceituais e metodológicas desses dois fenômenos e, na sequência, apresenta-se a definição do que se denominou de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM).

### 2.1 Pobreza: teoria e metodologia

Pobreza é um tema que tem preocupado, há muito tempo, diversos atores sociais, de políticos a economistas. As diversas leis existentes na Inglaterra do século XVI são um bom exemplo de como essa preocupação se fazia presente na discussão sobre os desafios

para dar suporte para aqueles reconhecidamente em situação de pobreza. Como demonstra Parijs e Vanderborght (2017), a pobreza tem feito parte da agenda pública e política desde o século XVI.

(...) at the beginning of the sixteenth century, towns started attracting growing numbers of beggars. As individual charity, whether or not coordinated by parishes and religious congregations, proved increasingly unable to cope, municipal authorities in several places felt they needed to step in. Municipal schemes of poor relief are known to have existed since the 1520s in several European towns (PARIJS e VANDERBORGHT, 2017, p. 54).

No entanto, a partir do final do século XVIII, a sociedade viu-se forçada a definir quais seriam as necessidades básicas dessa população pobre. Nesse percurso, tais necessidades foram definidas, em grande medida, pelo montante de renda necessário para supri-las.

No período anterior ao processo de industrialização, as formas de socorro aos pobres ficavam, majoritariamente, a cargo da Igreja. Com a revolução industrial, a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção dominante e a sociedade salarial, novos desafios passaram a marcar a tarefa de se estimar e regular os valores que cobririam as necessidades daqueles em situação de pobreza. Além disso, o debate avançou em torno dos custos dos auxílios monetários que a sociedade deveria arcar para solucionar o problema da pobreza.

De um lado, havia contribuintes que desejavam que os custos para manter os pobres fossem o mais baixo possível. De outro, os economistas (clássicos) e os donos do capital viam funcionalidade na existência de pobres aptos para aceitar os menores salários oferecidos, o que beneficiaria o funcionamento dos mercados. Com a evolução do Estado Industrial, governos e administradores passaram a definir as necessidades mínimas dos pobres a partir de estudos que investigavam a quantidade mínima de nutrientes necessários à reprodução da vida. “The scale and variety of nutrients to maintain life became an important area of public inquiry. A new stage of relatively scientific work on poverty had arrived” (TOWNSEND, 2006, p.18).

De acordo com Townsend (2006), desde o final do Século XIX, três concepções alternativas de pobreza passaram a conviver. Seus conceitos baseavam-se em elementos como: subsistência, necessidades básicas e privação relativa. A concepção do nível de "subsistência" emergiu na Inglaterra, a partir de trabalhos sobre valores nutricionais (ROWNTREE, 1901 e 1918), avançando posteriormente, no início dos anos 1940, com o relatório de Sir William Beveridge sobre segurança social (BEVERIDGE, 1942). A principal diferença com relação à forma de mensuração da pobreza das antigas Leis dos Pobres, que se baseava na quantidade de pão/farinha (ou o montante de dinheiro para comprá-los), está na ideia de que pobreza passou a ser definida pelo montante de rendimentos não suficientes à manutenção física das pessoas (ROWNTREE, 1901). Ainda que esse cálculo considerasse os valores pagos com bens como roupas e

combustível, os alimentos representavam a maior parte do que se definia como subsistência (TOWNSEND, 2006).

No período do pós-guerra, o conceito de "subsistência" desenvolvido por Beveridge (1942) espalhou-se para outros países. Townsend (2006) aponta que os salários dos negros na África do Sul tinham como referência a “poverty datum line” (Pillay, 1973; Maasdorp e Humphreys, 1975). Em países como Índia e Malásia, planos de desenvolvimento também adotavam o conceito de subsistência (Índia, 1978; Malásia, 1986; TOWNSEND, 2006). Nos Estados Unidos, "subsistência" passou a ser o eixo central das políticas públicas de combate à pobreza (Fisher, 1998; Citro e Michael, 1995).

Rein (1970) e Townsend (1979) criticaram a ideia de subsistência por seu foco estar nas necessidades físicas em vez de necessidades sociais. A concepção de que as pessoas são indivíduos sociais que atuam como trabalhadores, cidadãos, familiares (LISTER, 1990) avançou no sentido de reforçar que os membros de uma sociedade não podem ser vistos, exclusivamente, como consumidores. Eles são, na verdade, atores sociais que consomem, mas também, produzem e participam de distintas esferas da vida em sociedade e que, por essa razão, dependem de bens e serviços fornecidos coletivamente. “The lack of elaborate social institutions and services in low-income countries and their scant resources direct our attention to whether or not the most basic material subsistence needs can be met in those countries” (TOWNSEND, 2006, p. 19).

Na definição de pobreza “absoluta”, a fome assume parte relevante das prioridades que definem as necessidades a serem atendidas. No entanto,

(...) further research has, however, shown that the adjective “absolute” would better be replaced by “extreme” or “severe.” And physical needs turn out, upon examination, to be subject to rapid change because of shifts in patterns of activity and the social construction of successive forms of material consumption (TOWNSEND, 2006, p.19).

Nos anos 1970, a partir dos estudos de ILO (1976) e ILO (1977), que buscavam compreender e orientar estratégias de desenvolvimento dos países para a superação da pobreza, lançou-se “light on the inter-relationships between growth, employment, income distribution and poverty” (ILO, 1976, p.32). Isso fez com que ganhasse força o conceito de "necessidades básicas". Essa segunda abordagem, ampliou a definição de subsistência.

De acordo com ILO (1976),

Basic needs, as understood in this report, include two elements. First, they include certain minimum requirements of a family for private consumption: adequate food, shelter and clothing are obviously included, as would be certain household equipment and furniture. Second, they include essential services provided by and for the

community at large, such as safe drinking water, sanitation, public transport, and health and educational facilities (ILO, 1976, p. 32).

Os estudos levados a cabo pela OIT tinham como um de seus objetivos incentivar a ampliação da participação das pessoas na tomada de decisões políticas, especialmente aquelas orientadas para garantir as necessidades básicas, cuja satisfação passou a ser entendida de forma mais ampla. Nessa estrutura ampliada, incluía-se o cumprimento de direitos humanos básicos, como é o caso do direito a um emprego decente. “More adequate employment would also be the first essential step towards fuller participation in Society” (ILO, 1976, p.33).

The basic-needs concept is of universal applicability, although the relative importance of its components will vary with the level of development and from one nation to another. Basic needs constitute the minimum objective of society, not the full range of desirable attributes, many of which will inevitably take longer to attain. [...] Moreover, just as there is relative poverty (relative to the levels of living of others in the same society), as well as absolute poverty, basic needs can be relative as well as absolute. In the present situation, however, it is both legitimate and prudent to concentrate first on meeting basic needs in the absolute sense (ILO, 1976, p.33).

No âmbito do pensamento econômico clássico e neoclássico, cuja centralidade ancora-se no individualismo e no pluralismo liberal, o significado de pobreza restringe-se à renda necessária para o consumo de subsistência. Mais que isso, sua superação passaria por soluções de mercado, em que a redução do papel do Estado no fornecimento de bens e serviços sociais apresentava-se como desejável.

Por outro lado, a luta para expandir o acesso à saúde e à educação e para garantir atendimento às necessidades básicas de crianças avançou no âmbito de entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Tal avanço ocorreu a despeito do predomínio, nessas instituições, de um entendimento conservador liberal, e economicista, sobre a pobreza e sua definição enquanto uma questão de insuficiência de renda.

A limitação do conceito de pobreza à renda necessária para a aquisição de bens materiais também se mostrava funcional ao argumento de que o crescimento econômico seria suficiente para equacionar os problemas criados por esse fenômeno, ainda que se verificasse que sua complexidade crescia de forma recorrente com o avanço do capitalismo. Para aqueles que pensavam e ainda pensam dessa forma, “a complex combination of growth, redistribution and reorganisation of trading and other institutional relationships involving the reconstitution of traditional institutions and the addition of new social associations is unnecessary” (TOWNSEND, 2006, p.).

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o conceito de pobreza passou a ser tratado com base em uma terceira ótica – a saber, pelo critério de “privação relativa” (TOWNSEND, 1979; CHOW, 1982; BOKOR, 1984; MACK E LANSLEY, 1984). Esses e outros autores passaram a tratar pobreza de forma “subjéitiva” e “objetiva”. A subjetividade presente na ideia de privação relativa está diretamente relacionada aos recursos e às condições materiais, além de sociais, que se transformam com a evolução da sociedade e do próprio capitalismo. Essas transformações afetam, não apenas as informações disponíveis, como o próprio entendimento do fenômeno por parte dos pesquisadores.

Societies are passing through such rapid change that a poverty standard devised at some historical date in the past is difficult to justify under new conditions. People living in the present are not subject to the same laws and obligations as well as customs that applied to a previous era. Globalisation is remorselessly interrelating peoples and their standards of living at the same time as inequalities are growing in most countries. There are, therefore, major objections to merely updating any historical benchmark of poverty on the basis of some index of prices (TOWNSEND, 2006, p. 21).

A partir desse momento, passou-se a entender que uma pessoa se encontraria em situação de pobreza se lhe faltassem recursos (monetários e, também, não monetários) para cumprir seu papel social. “Under the "relative deprivation" approach, a threshold of income is envisaged, according to size and type of family, below which withdrawal or exclusion from active membership of society become disproportionately accentuated” (TOWNSEND, 2006, p.22).

Isso fez com que, em termos conceituais, fosse possível definir três níveis de pobreza. Como demonstrou Sachs (2005), haveria: 1) a degree of extreme (or absolute) poverty; 2) moderate poverty; and 3) relative poverty.

Extreme poverty means that households cannot meet basic needs for survival. They are chronically hungry, unable to access health care, lack the amenities of safe drinking water and sanitation, cannot afford education for some or all of the children, and perhaps lack rudimentary shelter—a roof to keep the rain out of the hut, a chimney to remove the smoke from the cook stove—and basic articles of clothing, such as shoes. (...) Moderate poverty generally refers to conditions of life in which basic needs are met, but just barely. Relative poverty is generally construed as a household income level below a given proportion of average national income. The relatively poor, in high-income countries, lack access to cultural goods, entertainment, recreation, and to quality health care, education, and other perquisites for upward social mobility (SACHS, 2005, p.20).



Amartya Sen, ainda no final dos anos 1970, apresentou uma outra abordagem sobre o tema. Para esse autor, o conceito de 'privação relativa' era central para se medir a pobreza. No entanto, em seu entendimento, apesar de a privação ter de ser avaliada em comparação às experiências de outros membros da sociedade, ela não poderia ser vista como a única base para se definir pobreza. Por exemplo, a fome, um caso de pobreza severa, não poderia ser visto pela ótica relativa. Assim, para Sen (1979a), haveria “an irreducible core of "absolute deprivation" in the notion of poverty which translates reports of starvation, severe malnutrition and visible hardship into a diagnosis of poverty without waiting to ascertain first the relative picture”.

Nessa concepção, a abordagem da privação relativa mostrar-se-ia complementar à análise da pobreza absoluta. Como havia apontado Townsend (1979 APUD Sen, 1983, p. 4), “Certainly no standard of sufficiency could be revised only to take account of changes in prices, for that would ignore changes in the goods and services consumed as well as new obligations and expectations placed on members of the community.”

No entanto, Sen (1979b) argumentava que o estudo do acesso a um padrão mínimo de vida não pode ser baseado em mercadorias, nem em características ou por meio do conceito de utilidade (como defendem os economistas neoclássicos), mas naquilo que o autor chamaria de “capacidade de uma pessoa”.

Para Sen (1983),

(...) the constituent part of the standard of living is not the good, nor its characteristics, but the ability to do various things by using that good or those characteristics, and it is that ability [...] that, in this view, reflects the standard of living”. [More than that,] “poverty is an absolute notion in the space of capabilities but very often it will take a relative form in the space of commodities or characteristic (SEN, 1983, p. 160 e 161).

Em suas ideias, focar nas capacidades era expandir a análise para além da renda monetária.

The capability approach differs from the traditional utility-based analysis as strongly as the Rawlsian approach does, but it continues to concentrate on human beings-their capabilities in this case-rather than moving with Rawls to incomes, goods and characteristics (SEN, 1983, p. 164)

Kanbur (2003) aponta que as ideias de Amartya Sen sobre capacidades não influenciaram a corrente dominante do pensamento econômico a respeito da definição de pobreza. Essa linha de pensamento manteve seu foco na renda e no conceito de linhas de pobreza monetárias para sua mensuração. Nesse sentido, Townsend (2006) afirma que a medição da pobreza não necessariamente tende a acompanhar a evolução do tratamento conceitual do problema que, para ele, deve ser definido nos seguintes termos:

When people lack or are denied the income and other resources, including the use of assets and receipt of goods and services in kind equivalent to income, to obtain the conditions of life — that is, the diets, material goods, amenities, standards and services — to enable them to play the roles, participate in the relationships and follow the customary behavior which is expected of them by virtue of their membership in society, they can be said to be in poverty. They are deprived because of their poverty. The key to understanding is the definition and measurement of the two variables that can be shown to be closely related — “income” and “deprivation” (TOWNSEND, 2006, p. 18).

Em relação à mensuração da pobreza, do ponto de vista metodológico, Amartya Sen defende que,

Traditionally, poverty measurement has tried to make do with operating on two aggregate magnitudes, viz., the head-count ratio (i.e., the proportion of population below the poverty line) and the income-gap ratio (i.e., the average income shortfall of all the poor taken together as a proportion of the poverty line itself, or alternatively as a proportion of the mean income of the community) (SEN, 1983, p. 165).

Porém, um conjunto significativo de estudos, com enfoques ampliados, passou a compor a literatura a respeito da medição, não apenas da pobreza, mas também de distintos fenômenos a ela relacionados como são os casos da desigualdade, do bem-estar, do padrão de vida e, também, do desenvolvimento humano. O *Human Development Report Office* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início dos anos 1990, passou a incentivar um amplo debate entre acadêmicos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas a respeito dos conceitos de desenvolvimento humano, desigualdade e pobreza.

Para além da construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida multidimensional das conquistas, liberdades e capacidades dos seres humanos, esse intenso debate resultou no surgimento de distintos indicadores para a mensuração da pobreza no âmbito do PNUD, como é o caso do índice de pobreza humana (IPH), que reflete a distribuição do progresso humano por meio da quantificação de algumas formas de privação.

O IPH contempla as mesmas dimensões do tradicional IDH, sendo subdividido em dois indicadores, o IPH-1 e o IPH-2. O IPH-1 foi concebido para medir a pobreza nos países em desenvolvimento, sendo composto pelos seguintes indicadores: probabilidade de o nascido vivo não ultrapassar os 40 anos; taxa de analfabetismo de adultos; proporção de pessoas que não utilizam fontes de água melhoradas; e proporção de crianças menores de cinco anos com peso deficiente. Já o IPH-2, reconhecendo-se que a privação humana depende das condições sociais e econômicas da comunidade, foi construído para medir a

pobreza humana em países da OCDE, englobando, a mais que o IPH-1, a dimensão da exclusão social. O IPH-2, portanto, contempla os seguintes indicadores: probabilidade de o nascido vivo ultrapassar os 60 anos, taxa de analfabetismo funcional dos adultos, proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento, isto é, rendimento familiar inferior a 50% do valor médio; e, no âmbito da dimensão da exclusão social, taxa de desemprego de longa duração – 12 meses ou mais (PNUD, 2001, p. 14).

Incorporado aos estudos do PNUD, em 2010, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) tinha como enfoque o avanço, para além da renda, na mensuração da pobreza, pois passou a reconhecer o fenômeno com base em sua complexidade, incorporando outras dimensões como: saúde, nutrição, nível de educação e competências, meios de subsistência, condições de habitação e exclusão social.

Um outro conceito que passa a fazer parte dos estudos no PNUD é o de vulnerabilidade, que aparece como elemento central no relatório de 2014. A definição de vulnerabilidade é a existência de “um risco elevado de uma futura degradação das circunstâncias e das conquistas alcançadas”. Nesse sentido, a degradação severa das circunstâncias (desastres naturais, crises econômicas etc.) pode levar as pessoas a sobreviverem em condições de pobreza e miséria, ou até mesmo ao agravamento da condição de quem se encontra em uma situação de baixo desenvolvimento humano, o que amplia as diferenças e a segregação da vida em sociedade (PNUD, 2014, p.15).

Em termos gerais, notamos que, ao longo do tempo, tanto pobreza quanto outros fenômenos a ela associados, passaram a ser tratados a partir de um enfoque multidimensional por distintas correntes dos pensamentos econômico e sociológico. Mais que isso, essa forma de abordagem foi incorporada por organismos internacionais que lutam por sua superação. De modo geral, o que se vê é que, no âmbito metodológico, o tratamento desses fenômenos ganhou complexidade nas últimas décadas, acompanhando a evolução dos próprios objetos de investigação.

Nesse percurso, muitos indicadores passaram a fazer parte da literatura sociológica e econômica internacional no que se refere à análise e à mensuração de fenômenos como: bem-estar (BRANDOLINI, A. AND D'ALESSIO, G. 1998; OSBERG E SHARPE, 2002 e 2006; MOSLER, 1991; DECANCO, K. AND LUGO, M., 2013); status econômico (A. B. ATKINSON, F. BOURGUIGNON, 1982); exclusão social (TSUI, K. 2002; CHAKRAVARTY, S. AND D'AMBROSIO, C. 2006); qualidade de vida (SLOTTJE, 1991; STIGLITZ ET AL., 2009); e, principalmente, pobreza (BOURGUIGNON, F., AND S.R. CHAKRAVARTY, 1998; CHAKRAVARTY, S. AND SILBER, J. 2008.; DEUTSCH, J. AND SILBER, J. 2005; KAKWANI, N. AND SILBER, J. 2008; RAVALLION, M. 2011.; THORBECKE, E. 2008; ALKIRE, S. AND FOSTER, J. 2007 E 2011).

No Brasil, diversos estudos têm utilizado o conceito de multidimensionalidade para tratar o fenômeno da pobreza (LOPES ET AL., 2003; SALAMA E DEMESTRAU, 1999; COSTA, 2002; SILVA, 2009; COMIN ET AL., 2006; KAGEYAMA E HOFFMANN, 2006; NEDER, 2008; ROCHA, 2000; DEDECCA ET AL., 2014; BOLTVINIK, 2014).

A ampliação desse escopo teórico foi acompanhada de uma complexificação dos tratamentos metodológicos de distintos temas, que passaram a incorporar indicadores como: Índice de Condições de Vida (ICV), Índice Municipal, Índice de Qualidade de Vida (IQV), Índice de Condições de Sobrevivência (ICS), Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), Índice de Qualidade dos Municípios (IQM), Índice de Exclusão Social (IES) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>2</sup>.

## 2.2 Desigualdade: teoria e metodologia<sup>3</sup>

A desigualdade, do ponto de vista teórico, metodológico e, também, conceitual, tem sido objeto de estudo de pesquisadores preocupados com o desenvolvimento das sociedades modernas. Antes mesmo de um conceito formal de desigualdade se fazer presente na esfera dos estudos políticos e jurídicos mais famosos do século XVIII, a ideia de igualdade esteve presente nos escritos que remontam ao período de consolidação das ideias hebraico-cristãs, gregas e romanas. Segundo Albernethy (1959),

The idea of equality is one of the great seminal ideas in our political, social, economic, and religious history. Its primitive origins are lost in the unrecorded history of a dim past. Fortunately, something of the record of its role in the development of Hebraic-Christian, Greek, Roman, and modern democratic ideas, which have shaped our civilization, has been preserved. This anthology seeks to bring together in a convenient form some of the typical statements in which thinkers of the West have formulated their various conceptions of equality (ALBERNETHY, 1959, p. 15).

Igualdade é um conceito que tem sido associado ao pensamento democrático moderno, cujas raízes remontam aos séculos XVII e XVIII. No entanto, alguns dos ideais que contribuem para definir as múltiplas dimensões do conceito podem ser encontrados nos tempos das sociedades escravocratas e aristocráticas. Como mostra Albernathy (1959), a ideia de igualdade já aparecia nos escritos hebreus, especificamente no Livro da Aliança, que segundo o autor pode ser considerado o primeiro exemplo de contrato social.

God governed through His Law which was binding on all and thus a moral guarantee to all of equal justice. It is obvious that men are born with different capacities and talents, but such inequalities have no particular relevance to God's concern with His creatures. In relation

<sup>2</sup> Sobre o ICV, ver IPEA, Fundação João Pinheiro e IBGE (1998). Sobre o Índice Municipal, ver Souto et al. (1995). Para o índice de qualidade de vida (IQV), ver Almeida (1997). A respeito do ICS ver UNICEF e IBGE (1994). No que tange ao IDF ver Barros et al. (2003). Quanto ao Índice de Qualidade dos Municípios (IQM), ver CIDE (1998). Para o Índice de Exclusão Social (IES), ver Guerra et al. (2014) e, por fim, para o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), ver Costa e Marguti (2015).

<sup>3</sup> Esta seção reapresenta discussões feitas anteriormente em Trovão (2015) e Trovão e Manzano (2019), introduzindo novos elementos de análise, reorganizando algumas ideias e apresentando outras abordagens presentes na literatura sobre o tema.

to God all men are equal, possessing no rights but only duties (ALBERNETHY, 1959, p. 15).

É interessante notar que o conceito de igualdade para seus estudiosos está condicionado ao momento histórico em que esses estão formulando sua definição. Como mostra Albernethy (1959), os problemas e as instituições das antigas cidades-estado gregas são bastante distintos daquilo que se vivenciou no século XVIII com a emergência das democracias e das sociedades industriais. Para os cidadãos livres atenienses do século V a.C., igualdade significava poder tomar decisões públicas de forma igualitária e, em circunstâncias normais, ocupar igualmente um cargo público. Como demonstra esse autor, Platão e Aristóteles, por exemplo, não entendiam que todos os homens em todos os lugares seriam iguais. Eles reconheciam que apenas os cidadãos eram iguais em sua participação nas decisões da comunidade, ainda que as consequências e a qualidade dessas decisões fossem questionáveis.

A escola filosófica estoica fundada nos séculos III e II a.C., no bojo da crise do império romano, defendia que o universo era uma criação da razão e que os homens poderiam entendê-lo se a usassem, pois, essa era algo ligado diretamente a Deus e, portanto, garantia a cada homem uma parcela de divindade. A figura divina era imanente ao universo, pois existia onde havia razão, agora incorporada ao universo enquanto lei. Desse modo, o avanço em relação aos gregos antigos dava-se no sentido de que haveria igualdade entre todos os seres humanos, apenas por esses serem criaturas racionais, regidos pela lei divina da racionalidade. Essas concepções foram incorporadas parcialmente pelos juristas romanos, cuja aplicação prática foi o reconhecimento da cidadania de todos os não escravos com o intuito de ampliar a base de contribuição tributária (ALBERNETHY, 1959).

Segundo Albernethy (1959), os cristãos contribuíram significativamente para a ideia de igualdade, no momento em que se reconheceu que, independentemente, de serem gregos ou judeus, escravos ou livres, homens ou mulheres, todos seriam iguais perante Jesus Cristo. Do ponto de vista concreto, a doutrina cristã da igualdade encontrou uma expressão institucional a partir da constituição das igrejas, espaço em que se anulavam desigualdades de ordem política. Para essa doutrina,

The purity of heart, humility, and chastity which the Church taught were important in establishing the proper communion of the individual soul with God. The rich and powerful were the ones handicapped in the struggle for salvation, since their earthly position made them vulnerable to greater temptation and thus more likely to fall into sin. Christianity made the distinction between social and moral superiority sharper than it had been made previously in antiquity (ALBERNETHY, 1959, p. 21).

No início da concepção da Igreja, havia uma igualdade de bens enquanto manifestação espontânea de amor entre iguais espirituais, que se materializava na comunhão com Deus, de forma a transcender qualquer distinção humana, sejam ricos ou pobres. Já, na Igreja

que surge a partir do triunfo dos conceitos agostinianos de predestinação, a desigualdade torna-se parte necessária do esquema divino, uma consequência do desejo de Deus. Como mostra Albenethy (1959), a Igreja medieval era o reflexo do modo de organização feudal em torno da produção. No discurso, o ofício sacerdotal mostrava-se aberto a todos os homens em igualdade de condições. No entanto, essa igualdade de oportunidade não podia ser verificada como algo que pudesse ser replicado para as instituições políticas.

Em síntese, os sofrimentos desiguais e as desigualdades emergiam como punição divina pelo pecado original, o que fazia com que, dentre os pensadores medievais, a estratificação social, a desigualdade de direitos políticos e a concentração de poder por parte da autoridade legal fossem aceitas e justificadas. Nas reformas protestantes que se seguiram, encabeçada pelos calvinistas, reforçou-se a noção de que as desigualdades humanas não poderiam ser equacionadas. Por outro lado, contraditoriamente, o calvinismo aplicava igualmente o mesmo e rigoroso código moral a todos indistintamente, sem diferenciação do ponto de vista da posição social ou da riqueza acumulada (ALBERNETHY, 1959).

No bojo da transição do feudalismo para o capitalismo, emerge o estado democrático moderno, influenciado pelas revoluções burguesas. Dentre os ideais dessas revoluções, estava a ideia de igualdade. A opressão por parte da ordem da igreja na Inglaterra, por exemplo, fez com que surgisse um movimento social que exigia a reforma constitucional da ordem política. Albenethy (1959) mostra que as violações das leis inglesas e do plano de Deus para o homem, entravam em conflito com as condições sociais que negavam igualdade de oportunidades para os homens de uma mesma classe. Essas ideias culminaram no discurso de que a autoridade do Estado, escolhida pelo voto igual de todos os cidadãos, deveria lastrear-se em uma lei básica a ser obedecida por todos – governantes e governados. Nesse contexto, surgem os ideais de igualdade para que cada cidadão pudesse seguir qualquer forma cristã de religião, pudesse pensar e falar livremente, fosse visto como igual perante a lei e tivesse iguais oportunidades de possuir propriedades e de se envolver no comércio.

O movimento de esquerda conhecido como "True Levellers" entendia a revolução política como uma oportunidade para garantir igualdade econômica e eliminar a pobreza. Conhecidos como socialistas utópicos ou comunistas agrários, esses viam na posse das terras comuns não cercadas a possibilidade de garantir o acesso à produção agrícola por parte daqueles em condição de pobreza. Dessa forma, para se alcançar a igualdade era necessário garantir o acesso aos meios de subsistência dos indivíduos por meio do direito de compartilhar a produção da terra comum e do direito ao trabalho comum. Isso implica que o acesso à terra deveria ser igualmente livre para todos (ALBERNETHY, 1959).

Esse movimento foi precursor do pensamento socialista científico encabeçado por Marx, cuja ênfase para entender a desigualdade se dava justamente na falta de liberdade política e na desigualdade de controle sobre propriedade privada dos meios de produção. Com o avanço da sociedade organizada em torno do modo de produção capitalista, nos séculos XIX e XX, muitas formas de desigualdade passaram a fazer parte das demandas dos

principais movimentos sociais. O desenvolvimento das forças produtivas e a forma como as distintas classes sociais passaram a se inserir no processo de produção condicionaram e moldaram distintos conceitos de desigualdade (ALBERNETHY, 1959).

As sociedades passaram a lutar contra esse fenômeno em múltiplas dimensões, como por exemplo nas dimensões: 1) política, por meio da exigência de uma maior participação efetiva nas decisões políticas, especialmente pela igualdade de direito ao voto; 2) de riqueza; 3) de sexo; 4) de cor da pele; 5) de acesso a direitos de cidadania, que envolvem o poder de controlar as condições sob as quais se participa da vida em sociedade; 6) de religião; 7) de expressão de opiniões; 8) de direito de reunião; 9) de pertencer a associações; e 10) econômica, o que incluiria a luta pela igualdade de oportunidades para ter acesso às necessidades básicas e, também, aos frutos do processo de expansão do capitalismo (ALBERNETHY, 1959).

No âmbito da dimensão econômica, as demandas sociais ganharam força no período após Segunda Guerra, no contexto dos anos dourados do capitalismo, momento em que se viu o fortalecimento dos movimentos sindicais, o surgimento da previdência social, da legislação do salário mínimo e da luta por melhores empregos. Essa agenda é a materialização de um desejo da sociedade por reduzir as desigualdades econômicas em suas distintas dimensões.

Já no âmbito social, a sociedade evoluiu no sentido de inserir na sua agenda de demandas a redução das desigualdades associadas à discriminação de sexo, de raça, de religião e de origem de nascimento. A sociedade passou a se preocupar com o enfrentamento daquilo que se pode chamar de transversalidade da desigualdade.

Ao longo do século XX, as desigualdades de oportunidades passaram a ser vistas como um obstáculo ao desenvolvimento pessoal/humano, o que fez com essa dimensão ganhasse destaque no debate institucional internacional, como é o caso das discussões recorrentes observadas no âmbito das Nações Unidas, a partir dos anos 1990.

Do ponto de vista teórico, a desigualdade sempre esteve presente enquanto tema das Ciências Econômicas, desde os clássicos do pensamento econômico. Como mostra Carvalho et al. (2021, p. 403), “a questão moral-filosófica e a perspectiva real e concreta do cotidiano econômico” aparecem nos primeiros textos econômicos sobre desigualdade, cujo foco central estava na “distribuição do produto social entre as diferentes classes”. Um dos exemplos disso são os estudos de Ricardo (1817), economista político clássico, que contribuiu com o debate teórico-conceitual sobre a desigualdade ao dar destaque para a questão da Distribuição Funcional da Renda, isto é, da repartição da renda nacional agregada entre as distintas classes sociais, especificamente, capitalistas produtivos, trabalhadores e proprietários de terra.

Segundo Carvalho et al. (2021), a história do pensamento econômico com foco no tema da desigualdade econômica pode ser subdividida em cinco momentos históricos:

- 1) Do século XIX ao final dos anos 1930, período de expansão do capitalismo no contexto das revoluções industriais, o interesse dos economistas estava na distribuição funcional da renda, ou seja, na razão de apropriação do produto social;
- 2) Na década de 1940, isto é, no contexto de consolidação da Macroeconomia enquanto parte das Ciências Econômicas e de preocupação com as determinações sistêmicas e suas repercussões sociais, os estudos concentravam-se nas limitações da abordagem da distribuição funcional e caminhavam para explorar a distribuição pessoal da renda corrente, sua evolução e seus desdobramentos sobre a dinâmica econômica, o que foi possibilitado pelo avanço das pesquisas domiciliares;
- 3) De 1953 a 1969, o foco estava na teorização do desenvolvimento socioeconômico e nas causas da desigualdade de renda, com destaque para os trabalhos de Lewis (1954) e Kuznets (1955), além das iniciativas de alguns autores como Simon (1957), Meade (1964), Lydall (1968) e Stiglitz (1969), que se debruçaram sobre a questão da distribuição da riqueza no topo da pirâmide distributiva;
- 4) De 1970 a 1990, os esforços concentraram-se nos aspectos analíticos e técnicos da mensuração da desigualdade, em um contexto de debates sobre moral encabeçados por pensadores como Rawls (1971) e Sen (1979a, 1979b, 1990), e do avanço metodológico e prático, que pautou a discussão no campo das políticas públicas; e
- 5) Após 2000, momento em que o debate se concentrou no nível da desigualdade de renda e de riqueza, mas, principalmente, nos efeitos econômicos e políticos da deterioração da questão distributiva nos países desenvolvidos, com destaque para os trabalhos de Piketty (2014), que enfoca na questão da taxação da renda e da riqueza em âmbito internacional como mecanismo para superação das desigualdades; Stiglitz (2015), que defende que grande parte do aumento da desigualdade está associada ao crescimento dos aluguéis oriundo do poder de monopólio e da influência política; e Atkinson (2015), que procura enfatizar o que pode ser feito para reduzir as desigualdades crescentes no século XXI em suas distintas dimensões.

Ainda no campo teórico, destaca-se que, conceitualmente, muitos esforços foram feitos ao longo do tempo para se conceber uma abordagem sobre a desigualdade que contemplasse a complexidade que o tema exigia. Isso implica dizer que muitos pensadores contribuíram ao debate explorando aspectos e dimensões relevantes desse fenômeno, para além da dimensão econômica associada às distribuições de renda (funcional e pessoal) e de riqueza.

Segundo Trovão e Araújo (2021), a desigualdade é um fenômeno complexo, dinâmico e estrutural. Sua complexidade deriva das múltiplas dimensões sob as quais ela se manifesta – a desigualdade seria, portanto, um fenômeno multidimensional. Seu dinamismo advém de sua evolução rápida, que acompanha as transformações da sociedade moderna,



mudando de forma quando uma nova dimensão surge sem que, necessariamente, outras desapareçam. Quanto a sua característica estrutural, essa diz respeito ao fato de que a desigualdade se apresenta como produto do modo como a sociedade se organiza em torno da produção de bens e serviços. Para pensar a desigualdade nesses termos, é necessário reconhecer o avanço feito por distintos pensadores no que se pode denominar de desigualdade de acesso.

Ao longo do pensamento moderno, seja ele no campo filosófico ou no das ciências sociais aplicadas, muitos autores deram valiosas contribuições para o entendimento da desigualdade, ou melhor, das desigualdades a partir de uma ótica que evidencia a distância que separa pessoas, famílias ou classes sociais com base no grau de acesso a um conjunto de elementos que, quando somados, acabam por conformar aquilo que se entende como desigualdade de acesso.

Rousseau (1754), por exemplo, em seu “Discurso sobre a origem da desigualdade” levanta como ponto de partida para o entendimento do surgimento da desigualdade entre os homens a questão do acesso à propriedade privada da terra e de sua validação pelo Contrato Social firmado no processo de formação das sociedades modernas. Em sua visão, a desigualdade emerge no momento em que se priva alguém de acessar uma determinada porção de terra sem qualquer tipo de contestação real ou formal.

Do ponto de vista de Marx (1857), essa desigualdade de acesso à propriedade privada é de natureza mais ampla, pois, para ele, a propriedade (apropriação) constitui-se em uma condição do modo de produção capitalista, cujos frutos não são apropriados por aqueles que contribuíram para o processo produtivo de geração de valor.

Segundo Marx (2004), o trabalhador, ao produzir todas as riquezas, na verdade, acaba por produzir riquezas para todos os demais, menos para si próprio. Ademais, no processo de produção, o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, ou seja, sua capacidade de trabalho, em troca de um salário para obter os meios necessários à sua subsistência. Isso faz com que ele saia do processo produtivo do mesmo modo como entrou, isto é, sem qualquer propriedade. Já, o capitalista sai desse mesmo processo não como ele entrou, mas sim, com mais-valor, um valor aumentado que assume a forma de trabalho não pago. Isso só ocorre, na visão de Marx, para o capitalista, pois é esse quem tem a propriedade que realmente importa no capitalismo, ou seja, o capital.

Nesse sentido, as desigualdades no pensamento de Marx são de, ao menos, duas ordens. A primeira refere-se ao acesso desigual à propriedade do capital. Como Engels (1847) já havia antecipado, o capitalismo foi capaz de criar, simultaneamente, um “estado da sociedade em que cada um tem o direito de explorar qualquer ramo da indústria e em que nada o pode impedir da exploração do mesmo a não ser a falta do capital para tanto necessário”, sendo que, “(...) daí em diante, os membros da sociedade [tornam-se] apenas desiguais na medida em que os seus capitais [sejam] desiguais, [pois] (...) o capital se [torna] o poder decisivo e, com isso, os capitalistas, os burgueses [passam a ser] a primeira classe da sociedade”.

A segunda ordem, diz respeito ao acesso desigual aos frutos do processo de produção nas formas de bens e serviços, uma vez que a venda compulsória da força de trabalho por salários garante ao trabalhador o acesso a apenas uma parcela do montante que esse produziu no processo de produção.

Nesses termos, o acesso aos produtos acabados e sua apropriação devem ser compreendidos com base em leis sociais que determinam que a distribuição do excedente seja condicionada ao modo de produção. A distribuição dos frutos do progresso aparece como um resultado da distribuição dos indivíduos no próprio processo de produção, isto é, de sua posição social. Em outras palavras, quer dizer que a participação dos indivíduos na distribuição dos resultados da produção depende de sua condição de subordinação às relações de produção.

A desigualdade, sob essa perspectiva, assume uma forma que segrega os indivíduos em proprietários e não proprietários do elemento que comanda o processo de produção, ou seja, do capital e, também, dos próprios produtos que esse capital em movimento, juntamente com a força de trabalho, foi capaz de produzir, isto é, mercadorias.

As desigualdades de acesso a bens e serviços pela via da renda no âmbito do mercado ganhou destaque no âmbito do pensamento econômico, também por estar diretamente ligada à ideia de desigualdade econômica baseada na distribuição da renda e da riqueza, que acabam por determinar capacidade de despender recursos na aquisição de mercadorias.

Marx (1867) traz, ainda, uma outra contribuição relevante para o entendimento do capitalismo enquanto um modo de produção que cria desigualdades de acesso. Ao identificar que a expressão máxima do processo de reprodução e acumulação de capital é a forma de valorização  $D - D'$ , isto é, dinheiro que gera mais dinheiro, o autor avança em reconhecer que essa expressão máxima é na realidade um mecanismo de perpetuação da desigualdade de acesso à renda e à riqueza, também, financeira.

Keynes (1936, p. 341) também reconheceu que o modo de produção capitalista em seu processo de acumulação é immanentemente concentrador de renda e riqueza monetária. Em suas palavras, “os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.”

No entanto, uma das principais contribuições do pensamento de Keynes para o tema das desigualdades está justamente na ideia de que o capitalismo é capaz de criar um conjunto expressivo de bens e serviços ao mesmo tempo em que impõe às sociedades uma condição de insuficiência de demanda que cria desigualdades entre aqueles que conseguem emprego e aqueles que sofrem as vicissitudes dos movimentos da atividade econômica na condição de desempregados involuntários.

Para Castel (1998), a ordem jurídica no capitalismo passou a reger os contratos de trabalho, o que significa dizer que tal ordem passou a definir as regras para a demanda e

a oferta de trabalho, mas também, a determinar o regramento sob o qual se dá o sustento das famílias. Isso implica dizer que não se pode pensar esse ordenamento social sem entender o papel do Estado, pois é esse que legitima os instrumentos institucionais de regulação das relações sociais.

O capitalismo, para esse autor, transformou o espaço urbano e criou um mercado de trabalho cuja característica principal é a reprodução dos antagonismos de classe, identificados por Marx. Ademais, seria nesse espaço onde se observariam as desigualdades existentes entre: possuidores e não possuidores de capital; entre aqueles que, de alguma forma, conseguiram uma posição no mercado de trabalho e, portanto, se diferenciam pelo montante de renda que auferem; e entre aqueles que estão dentro (empregados) e os que estão fora (desempregados) desse mercado.

No campo filosófico, Dworkin (2005, p. XI) reconhece que uma teoria da (des) igualdade é uma tarefa complexa e controversa. Para esse autor, é “uma questão filosófica difícil” para a qual “os filósofos defendem uma diversidade de respostas”. Em sua perspectiva, o conceito de (des) igualdade precisaria ser encarado como um ideal político, em que o papel do Estado deve ser entendido como elemento central na promoção da igualdade, o que denomina de “virtude soberana”.

Nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirme seu domínio e aos quais reivindique fidelidade. A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política - sem ela o governo não passa de tirania - e, quando as riquezas da nação são distribuídas de maneira muito desigual, como o são as riquezas de nações muito prósperas, então sua igual consideração é suspeita, pois a distribuição das riquezas é produto de uma ordem jurídica: a riqueza do cidadão depende muito das leis promulgadas em sua comunidade - não só as leis que governam a propriedade, o roubo, os contratos e os delitos, mas suas leis de previdência social, fiscais, de direitos políticos, de regulamentação ambiental e de praticamente tudo o mais (DWORKIN, 2005, p. IX).

Para esse autor, alcançar uma condição de igualdade requer que o “governo aspire a uma forma de igualdade material que chamo de igualdade de recursos” ((DWORKIN, 2005, p. XII). Essa concepção parte da ideia de que essa “é uma questão de igualdade de quaisquer recursos que os indivíduos possuam privadamente” (DWORKIN, 2005, p. 79) Para isso, as pessoas deveriam decidir que tipo de vida desejam levar a partir de informações sobre o custo real de suas escolhas para as outras pessoas e para o total de recursos disponíveis à sociedade.

O conceito de igualdade de recursos, assim, “supõe que os recursos dedicados à vida de cada pessoa devem ser iguais” e a métrica adequada para mensurá-lo é algo que deve se pautar por um mecanismo como o de mercado, onde os custos são avaliados pela “noção que cada pessoa tem do que é seu com justiça, e no juízo que cada um faz da vida que

deve levar, dado aquele mesmo comando da justiça.” Para que isso ocorresse, seria necessário que as pessoas entrassem nesse mercado em igualdade de condições para tomar suas decisões, sem que isso lhes tenha sido imposto (DWORKIN, 2005, p. 86).

Para chegar a essa conclusão, o autor parte de dois princípios éticos: o primeiro é o da igual importância, que implica que a vida das pessoas tenha algum resultado, em vez de ser desperdiçada; e o segundo, é o da responsabilidade especial, que implica que as pessoas escolham o tipo de vida que querem ter, dentro do escopo daquilo que é possibilitado pela quantidade de recursos ou pela cultura, sendo responsáveis por suas próprias escolhas, sendo que essas não lhes foram impostas pelo juízo alheio do que seja a vida correta para se viver.

O primeiro princípio requer que o governo adote leis e políticas que garantam que o destino de seus cidadãos, contanto que o governo consiga atingir tal meta, não dependa de quem eles sejam - seu histórico econômico, sexo, raça ou determinado conjunto de especializações ou deficiências. O segundo princípio exige que o governo se empenhe, novamente se o conseguir, por tomar o destino dos cidadãos sensível às opções que fizeram (DWORKIN, 2005, p. VXII).

Partindo da ideia de que a “igual consideração é a virtude especial e indispensável dos soberanos” (DWORKIN, 2005, p. XVI), isto é, que o papel do Estado, na instituição dos direitos fundamentais, se mostra crucial para se alcançar a igualdade de recursos, esse autor pretende unificar a ideia de que uma comunidade política precisa ter a responsabilidade coletiva de tratar com igual consideração todos os cidadãos, sem ignorar as responsabilidades pessoais desses cidadãos para consigo mesmos e para com a coletividade.

Como mostrou Keynes (1930), a expansão da produção e a criação de novos bens e serviços têm o potencial de melhorar o padrão de vida da sociedade. No entanto, a história do século XX revelou que esse mesmo modo de produção não foi capaz de equacionar autônoma e automaticamente, pelas decisões individuais no âmbito do mercado, as questões distributivas relevantes como a repartição equânime dos frutos do progresso tecnológico/produtivo, a perpetuação da condição de pobreza e de miséria que atinge parcela expressiva da sociedade, a desigualdade que se manifesta no interior da classe trabalhadora e a desigualdade que se manifesta no âmbito da relação capital-trabalho.

Keynes (1930) defendia que o progresso das forças produtivas sob o capitalismo era relevante para trazer uma melhora expressiva das condições de vida da sociedade. Porém, para que isso fosse alcançado e para que o avanço da produtividade não se transformasse em aumento da desigualdade, a ação efetiva do Estado mostrava-se fundamental.

Na perspectiva desse autor, caberia ao Estado concentrar esforços para que as desigualdades fossem substancialmente menores, porque os níveis elevados de desigualdade mostravam-se como obstáculos ao próprio funcionamento do modo de

produção capitalista. Os anos dourados do capitalismo no século XX evidenciaram a importância do papel do Estado para as transformações sociais que acabaram por afetar sobremaneira a dimensão social da desigualdade.

Nesse contexto, a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho aparecia como um dos problemas centrais a serem equacionados. A busca pelo pleno emprego passou a ser uma marca do Estado moderno, especialmente após a crise de 1929. A desigualdade de acesso à renda monetária e aos bens de consumo que ela proporcionava passou a fazer parte da agenda da sociedade, tornando-se uma marca cada vez mais presente das reivindicações da classe trabalhadora.

Segundo Polanyi (1940), após a crise de 1929, a lógica capitalista da livre iniciativa mostrou sua verdadeira face, pois as contradições e os problemas intrínsecos a esse modo de produção não eram solucionáveis automaticamente. Pelo contrário, as desigualdades presentes no âmbito do mercado de trabalho mostravam-se cada vez mais evidentes, uma vez que reafirmavam sua incapacidade de eliminar, de forma automática, as desigualdades de acesso a uma posição no mercado de trabalho e à renda. Nesse sentido, foi a partir dos anos 1930 que o impasse do sistema de mercado para solucionar os problemas sociais, no bojo do debacle de Wall Street e do colapso da economia mundial, fez com que surgisse um conjunto de transformações que alterariam, em termos globais, a realidade política, econômica e social.

De acordo com Polanyi (1944), o século XX conheceu a chamada “Grande Transformação”. As imperfeições do funcionamento dos mecanismos de mercado criaram tensões recorrentes e cumulativas na sociedade, que a despertavam para a necessidade de medidas de autopreservação para impedir ou bloquear a livre atuação dos mercados. Na realidade, era o próprio sistema de mercado autorregulável que sofria essa grande transformação.

A sociedade mobilizou-se para retirar das mãos do mercado o controle sobre: 1) o trabalho: o contrato de trabalho deixou de ser privado, as horas de trabalho, as condições fabris, as modalidades de contrato e o próprio salário básico passaram a ser determinados fora do âmbito do mercado; 2) a terra: os contratos de arrendamento foram retirados da jurisdição do mercado; e 3) o dinheiro: a administração dos investimentos e a regulamentação da taxa de poupança passaram a ser atividades dos governos (POLANYI, 1944).

Essa grande transformação culminou na emergência do Estado de Bem-Estar Social. A presença ativa do Estado na economia e na regulação dos contratos impulsionou os esforços para se alcançar o pleno emprego e a ampliação da oferta de diversos serviços públicos, o que acabou por reduzir as desigualdades de acesso, elevando o bem-estar da sociedade nos países avançados.

A construção do Estado de Bem-Estar Social está diretamente ligada à redução das desigualdades de acesso pois essas afetam expressamente a dimensão social da

desigualdade, uma vez que essa diferencia os indivíduos, as famílias e as classes sociais pelo grau de acesso a determinados bens e serviços de uso e de caráter coletivos.

No período após Segunda Guerra, grande parte desses bens passaram a ter sua demanda atendida fora da esfera do mercado, isto é, baseada na capacidade de compra dos salários. O acesso a esses bens passou a se dar coletivamente, pois a oferta era garantida, em grande medida, pelo Estado. O Estado de Bem-Estar Social, nesse contexto, tornou evidente essa dimensão da desigualdade que se associa ao acesso aos bens e serviços públicos.

Segundo Tawney (1931), a crise de 1929 havia reforçado um sentimento de busca pela igualdade. Mas, isso só seria conquistado, no após segunda Guerra, pelo estabelecimento de políticas públicas que reduzissem as desigualdades de acesso a bens e serviços como educação, saúde e proteção ao trabalho, ou seja, que garantisse um conjunto de direitos para os cidadãos.

A realidade é que a expansão da oferta de bens e serviços de uso coletivo não guarda relação direta com os interesses capitalistas. É verdade que alguns desses bens podem até se configurar em oportunidades de ganhos monetários para os empresários e despertar seu interesse em ofertá-los. No entanto, a redução da desigualdade de acesso, do ponto de vista social, exige uma ação ativa do Estado. Tal processo marcou esse período, momento da história em que boa parte da garantia das condições mínimas para a reprodução da vida em sociedade passou a não ser exclusivamente dependente da venda da força de trabalho, isto é, do salário. A expansão do acesso a bens e serviços públicos mostrou-se um mecanismo eficiente no enfrentamento das desigualdades.

O conjunto das políticas públicas nesse período, portanto, permitiu, também, uma redução da assimetria existente no principal contrato que possibilita a geração de riqueza, o de trabalho. A melhora das condições de trabalho, a liberdade de organização e de greve, associadas ao seguro-desemprego e ao sistema de aposentadorias permitiram uma elevação do poder de barganha dos trabalhadores na disputa por melhores salários e na escolha dos postos de trabalho. A realidade é que as políticas de Estado implementadas nesse período permitiram uma melhora na distribuição direta do excedente, isto é, no acesso de bens e serviços pela via da renda monetária no âmbito do mercado. Em paralelo, as mudanças na direção de um sistema tributário mais progressivo e as políticas sociais permitiram uma redução das desigualdades em sua dimensão social.

Marshall (1963, p. 93) observou que o Estado de Bem-Estar Social passou a atuar na esfera social por meio da promoção do acesso a um “mínimo” dentro de uma cesta de bens e serviços essenciais como: assistência médica, moradia e educação. No entanto, sua atuação também se deu sobre a dimensão econômica por meio de políticas de renda mínima destinadas para bens essenciais como alimentação e vestuário. Esses eram os casos das aposentadorias por velhice, do seguro-desemprego e do salário-família.

O Estado de Bem-Estar Social tem de ser entendido como um sistema de bem-estar, pois reúne um conjunto de medidas que influenciam, interferem e ultrapassam o jogo das forças do livre mercado. Para Marshall (1963), “o grau de igualação” entre classes sociais

estaria condicionado a quatro fatores: 1) à universalização ou focalização dos benefícios; 2) à forma de pagamento, se em dinheiro ou prestação de serviços; 3) ao “mínimo” necessário ser elevado ou baixo; e 4) à forma de financiamento dos benefícios.

Esse autor considera que a ampliação da oferta universal de um bem ou serviço representa “um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e os menos favorecidos em todos os níveis – entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande” (MARSHALL, 1963, p. 94).

A expansão da oferta de serviços públicos de infraestrutura social tem o poder de alterar profunda e qualitativamente as desigualdades. Os serviços oferecidos pelo Estado, alheios à capacidade de comando do dinheiro por parte do usuário/cidadão, passaram a ser uma norma na sociedade capitalista no período de vigência do Estado de Bem-Estar Social. A política social do século XX teve um papel fundamental para colocar no centro do debate socioeconômico a família e o seu lar. As políticas públicas aceitaram a responsabilidade de transformar os investimentos habitacionais em acesso a residências construídas. Medidas complementares à expansão da oferta dos bens e serviços públicos, como a regulamentação dos aluguéis e os subsídios para moradias, mostraram-se relevantes na redução da desigualdade habitacional.

Na realidade, foram a regulação estatal dos contratos, os contratos de natureza coletiva, o crescimento econômico, a ação sindical por ele favorecida e, especialmente, a atuação do Estado na ampliação da oferta de bens e serviços públicos que permitiram à sociedade alcançar uma nova condição de vida e de bem-estar, com redução das desigualdades de acesso.

Como foi discutido até aqui, as desigualdades assumem distintas formas, sejam as associadas à propriedade da terra, à distribuição de riqueza e renda, ou mesmo ao acesso aos bens cuja oferta é de responsabilidade de políticas promovidas pelo Estado como é o caso dos bens e serviços públicos de uso coletivo. No entanto, é possível identificar duas dimensões básicas: uma de natureza econômica, definida, basicamente, pelo acesso à propriedade privada imobiliária ou financeira (riqueza), pela distribuição funcional e/ou pessoal da renda; e outra de natureza social definida pelo acesso a um conjunto amplo de bens e serviços de uso coletivo como: saneamento básico, energia elétrica, transporte urbano, água tratada, coleta de lixo, saúde e educação de qualidade, equipamentos públicos de lazer como parques e praças, condições ambientais saudáveis etc.

Defende-se, nesse estudo, que o avanço do capitalismo tem contribuído para aprofundar um processo social que se caracteriza pela ampliação do número de dimensões pelas quais as desigualdades se manifestam. Essas mudanças afetam a própria condição desigual a que a sociedade está submetida, mas, também, as relações entre economia, política e sociedade.

Nesse sentido, convém destacar aquilo que Fitoussi e Rosanvallon (1996) chamaram de “Nova Era das Desigualdades”, momento histórico em que entra em xeque a capacidade

de sustentação do Estado de Bem-Estar Social, mais precisamente, no terceiro quarto do século XX. Essa nova era representa, para esses autores, o avanço do capital em direção a novos espaços de valorização monetária. A internacionalização da produção e a ampliação do processo de financeirização são exemplos claros desse movimento, que trouxe consequências para a esfera da regulação pública e para a própria reprodução da vida em sociedade.

A história do período após 1970, na maioria dos países ricos com Estados de Bem-Estar menos (a exemplo dos EUA) ou mais desenvolvidos (a exemplo da França), ficou marcada pela retomada do processo de aumento das desigualdades, especialmente em sua dimensão econômica (renda e patrimônio).

Na visão de Fitoussi e Rosanvallon (1996), três crises estariam em curso: 1) uma crise das instituições que consolidaram os laços sociais e de solidariedade, ou seja, uma crise do próprio pacto social em torno do Estado de Bem-Estar Social; 2) uma crise do mundo do trabalho, que desestrutura a relação entre economia e sociedade; e 3) uma crise do modo de constituição das identidades individuais e coletivas, isto é, uma crise do indivíduo.

Na verdade, o que se vê é um modo de produção que avança, permitindo a convivência de velhas e novas desigualdades, o que torna esse fenômeno cada vez mais complexo. A coexistência de formas e dimensões distintas é a expressão contraditória desse modo de produção, que tem como uma de suas características básicas a cumulatividade. Nos termos de Fitoussi e Rosanvallon (1996), coexistiriam desigualdades estruturais, já consolidadas, com desigualdades dinâmicas, oriundas da própria lógica de funcionamento do capitalismo.

Para esses autores, as desigualdades estruturais, oriundas da forma de inserção das pessoas no processo de produção – acesso ao mercado de trabalho e distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho –, estariam internalizadas na sociedade. Já as desigualdades dinâmicas, ao superarem o caráter transitório e passarem a se perpetuar ao longo do tempo, teriam como resultado uma divisão ou segregação de grupos sociais, que culminam em um processo de exclusão de acesso. Essas desigualdades dinâmicas assumiriam as formas associadas às desigualdades de gênero, de cor da pele, de geração, de região geográfica, dentre outras. Esse segundo tipo de desigualdade é o que se pode chamar de desigualdade transversal.

Fitoussi e Rosanvallon (1996) atribuem três razões para as causas desse avanço das desigualdades: 1) enfraquecimento dos princípios de igualdade na estrutura social; 2) crescimento das desigualdades estruturais (desigualdades de rendimentos, de despesas, de patrimônio, de acesso à educação, dentre outras); e 3) surgimento de novas desigualdades, oriundas de evoluções técnica, jurídica e/ou econômica.

Essas novas desigualdades possuem algumas especificidades tais como: 1) diferenciação no âmbito dos contratos de trabalho (novas formas de contratação, trabalhos temporários, terceirização e trabalho precário); 2) desigualdades de gênero e de grupos étnicos quanto



à inserção no mercado de trabalho; 3) desigualdades regionais; 4) desigualdades geracionais, associadas à previdência ou à dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho; 5) disparidades provenientes da regressividade do sistema tributário; e 6) desigualdades associadas à vida cotidiana, à condição de reprodução da vida em sociedade e de acesso a bens e serviços públicos (FITOUSSI E ROSANVALLON, 1996).

A combinação de todas essas contribuições sobre o tema da desigualdade permite que se afirme que esse fenômeno se manifesta pelo que se denominou de desigualdade de acesso em múltiplas dimensões: 1) acesso à saúde de qualidade; 2) acesso à habitação; 3) acesso a equipamentos públicos como parques, creches e de lazer em geral; 4) acesso a equipamentos de mobilidade urbana, que interfere no tempo gasto no trajeto da casa para o trabalho; 5) acesso à água tratada, saneamento básico, educação de qualidade, energia elétrica, dentre outros; e 6) acesso a bens de consumo e serviços modernos como equipamentos eletrônicos de uso pessoal ou domiciliar como televisão, celular, internet, computadores pessoais etc.

No que tange à evolução metodológica, o tratamento da desigualdade avançou significativamente no século XX, para além das abordagens sobre distribuição funcional da renda a partir dos Sistemas de Contas Nacionais, que remontam à primeira metade dos anos 1950, e dos amplos métodos que procuram captar concentração de riqueza e de renda (distribuição pessoal), como são os casos da Curva de Lorenz (LORENZ, 1905) e do Índice de Gini (GINI, 1912). O tema da desigualdade passou a contar com abordagens baseadas na ótica da multidimensionalidade. Essa ganhou força, inicialmente, a partir dos estudos de Atkinson (1970) e Kolm (1969), que passaram a incorporar elementos ligados à dimensão social das desigualdades na sua mensuração.

Com base em modelos de resultados unidimensionais, os procedimentos propostos por esses autores permitiram a construção de indicadores sintéticos. Essa metodologia foi popularizada por Sen (1973) no chamado Índice Atkinson-Kolm-Sen ( $I^{AKS}$ ), cuja sigla leva as iniciais dos três autores (WEYMARK, 2003). A análise por eles desenvolvida foi generalizada para distribuições multivariadas por Kolm (1977), Atkinson e Bourguignon (1982) e Tsui (1995), o que tornou ainda mais complexa a análise da desigualdade, fortalecendo seu entendimento enquanto um fenômeno multidimensional.

Enquanto Kolm (1977) procurou explorar as propriedades das funções de bem-estar social (FBS) e do ranking correspondente de suas distribuições, Atkinson e Bourguignon (1982) avaliaram as condições de dominância estocástica de primeira e de segunda ordem de distribuições multivariadas. O esforço desses autores foi amplamente difundido por Amartya Sen em grande parte de sua obra, o que serviu e serve, ainda, de base para os conceitos e as medidas de desenvolvimento humano no âmbito institucional do PNUD.

Lugo (2005) destaca a existência de dois procedimentos distintos na literatura para a mensuração da desigualdade sob uma ótica multidimensional: a abordagem de duas etapas propostas por Bourguignon (1999) e Maasoumi (1986 e 1999); e os índices multidimensionais de desigualdade baseados em uma etapa, elaborados por Tsui (1995 e 1999).

Na primeira abordagem, a etapa inicial é criar uma única medida multidimensional para cada indivíduo/domicílio, que pode ser expressa em unidades de bem-estar, sendo a segunda etapa uma forma de aplicação de algum índice de desigualdade univariada, como por exemplo os índices de Gini (GINI, 1912) ou de Theil (THEIL, 1967) para os valores estimados para cada indivíduo.

Na segunda abordagem, por outro lado, a medição da desigualdade se dá com base em uma função de avaliação dos atributos definidos previamente pelo pesquisador. Segundo Weymark (2003), Tsui (1995), referência para essa segunda abordagem, fornece uma generalização de múltiplos atributos do índice de desigualdade univariada de Kolm (1977).

Para Lugo (2005), essas duas formas são consistentes tanto com a ótica do bem-estar, em que a Função de Bem-Estar Social (FBS) representa a forma como a sociedade valoriza os níveis individuais dos atributos, quanto com qualquer outro tipo de abordagem que não foque no bem-estar e que encontre no índice composto uma forma possível de resumir as informações sobre os indivíduos de acordo com os atributos definidos, isto é, com base em uma Função de Avaliação Social (FAS), onde o bem-estar individual é dependente desses atributos.

A proposta de Maasoumi (1986, 1999) é utilizar uma medida que permita a comparação de distribuições multidimensionais de bem-estar individualizadas. Como sua preocupação é o estudo da distribuição multivariada dos atributos dos indivíduos, é necessário que o índice que representa a medida de desigualdade no agregado tenha uma distribuição parecida com as distribuições dos múltiplos atributos. Para criar esse índice com a menor distorção ou divergência possíveis, o autor utiliza-se da teoria da informação para avaliar a divergência, ou a distância, entre as distribuições. As vantagens dessas abordagens são: 1) poder escolher medidas gerais de entropia como o Índice de Theil; 2) poder decompor as contribuições de cada atributo para a medida geral de desigualdade multivariada; e 3) poder avaliar as diferenças dentro e entre os distintos grupos populacionais.

Bourguignon (1999) propõe uma medida de desigualdade multidimensional que pressupõe uma ligação mais direta com a função de avaliação social (utilitarismo padrão) por critérios de dominância estocástica, como em Kolm (1977). Com uma normalização semelhante àquela desenvolvida por Tsui, o bem-estar social máximo (entendido como o somatório dos bem-estar individuais) seria alcançado no ponto de perfeita igualdade, onde cada pessoa possuiria o mesmo valor (a média) para cada atributo.

Lugo (2005) aponta que a contribuição central de Tsui (2002) está no balanço que o autor faz entre a utilização da renda e o que ele chamou de método direto, isto é, aquele que considera cada necessidade básica. Sua ideia era utilizar a renda, sem perder de vista a multidimensionalidade que emerge de distintos outros elementos essenciais aos indivíduos.

Lugo (2005) também traz uma contribuição própria com base na inclusão de uma medida de elasticidade de substituição ao índice de Bourguignon (1999). A autora chega a um grupo de índices que, segundo ela, se mostram vantajosos por satisfazerem um conjunto de propriedades desejáveis com “critérios de majoração” referenciados na literatura, além de distinguir de forma explícita os diferentes papéis e pesos dos parâmetros incluídos no índice.

Uma outra forma de abordagem da desigualdade em seu conceito mais amplo é o que se denominou de generalização multidimensional do índice de Gini. Gajdos and Weymark (2003) e Weymark (2003) apresentam esse conceito em complemento às generalizações unidimensionais propostas por Weymark (1981). Nesse último trabalho, o autor afirma que o Índice de Gini, enquanto função de avaliação social, embora apresente uma série de características desejáveis, pressupõe alguns julgamentos distributivos arbitrários. Weymark (2003), dessa forma, propõe uma técnica de generalização multidimensional do Índice de Gini que possui a propriedade de agregação em dois estágios, utilizando um critério que cria um ranking dos casos de acordo com distintos atributos. No entanto, diferentemente de Maasoumi (1986), Tsui (1995) e Maasoumi (1999), a ordem de agregação é invertida. Primeiro as distribuições de cada atributo são agregadas por meio de funções generalizadas univariadas do Índice de Gini e, em seguida, os valores dessas funções são agregados em uma avaliação global. Outras abordagens sobre as generalizações da Curva de Lorenz e do Índice de Gini podem ser vistas em Koshevoy e Mosler (1996), Savaglio (2002) e Decancq e Lugo (2009).

A contribuição de Mosler (1991) é relevante para o debate por considerar vários atributos para descrever condições sociais individuais com base em diversos critérios de avaliação. Segundo Savaglio (2002), Mosler (1991) usa funções de avaliações sociais que podem ser representadas como a soma das funções de avaliação das condições de cada indivíduo, para comparar níveis de bem-estar individual em uma estrutura puramente ordenada. As formas parciais multidimensionais de bem-estar e a classe de funções selecionadas de avaliação social mostram-se coerentes com as ordenações. A originalidade reside na nova abordagem para o bem-estar dos ordenamentos multidimensionais, que permite a comparação dos dotes individuais a um nível crítico, ou seja, uma dotação mínima de bens e serviços.

Com base na mesma ótica de mensurar desigualdade a partir das diferenças em termos de bem-estar, os estudos de Osberg e Sharpe (2002 e 2006) deram uma contribuição importante na definição do objeto de pesquisa. Os autores apresentam a missão de quantificar não apenas o nível de bem-estar econômico, mas também a desigualdade em termos multidimensionais, com base em critérios capazes de captar a evolução das condições de distribuição dos recursos econômicos produzidos pela sociedade.

Para isso, definem quatro dimensões básicas: 1) fluxos de consumo *per capita* efetivo, que incluem o consumo de bens e serviços comercializados, serviços governamentais, fluxos efetivos *per capita* da produção familiar, lazer e mudanças no ciclo de vida; 2) acumulação social líquida de estoques de recursos produtivos, incluindo a acumulação

líquida de capital tangível, estoque habitacional, mudanças líquidas no valor dos estoques de recursos naturais, custos ambientais, mudanças líquidas no nível de endividamento externo, acumulação de capital humano e estoque de investimento em pesquisa e desenvolvimento; 3) distribuição de renda, incluindo a intensidade da pobreza (incidência e profundidade) e a concentração da renda; e 4) insegurança econômica associada à perda do emprego, ao desemprego, à doença, à desintegração familiar e à pobreza na velhice (OSBERG e SHARPE, 2002, p. 295)

Na mesma linha desses autores, o estudo de Smeeding et al. (1993) corrobora a ideia de que o bem-estar individual não pode ser definido apenas pela renda, devendo englobar outras dimensões como o acesso aos serviços sociais de educação e saúde, além de considerar a posse do imóvel como um fator relevante para a mensuração do indicador.

Segundo Bibi (2005), apesar de Smeeding et al. (1993) apresentarem uma abordagem que considera os aspectos não monetizados do bem-estar, o estudo apresenta algumas limitações como: 1) as imputações atribuídas aos serviços sociais para os domicílios mais pobres sobrestimariam os benefícios para o bem-estar dessa população; e 2) o método adotado não possibilitaria a compensação entre as diferentes dimensões do bem-estar.

Para Bibi (2005), a incorporação dos serviços governamentais proposta por Pradhan e Ravallion (2000) resolveria o problema da superestimação dos benefícios para o bem-estar, porque passariam a considerar outros elementos como: consumo de alimentos, vestuário, habitação, transporte, participação escolar de crianças, educação e saúde.

Outro estudo relevante que define bem-estar enquanto um fenômeno multidimensional relevante para a mensuração da qualidade de vida das pessoas foi elaborado por Stiglitz, Sen e Fitoussi, em 2008, no âmbito da *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, a pedido do presidente francês Nicholas Sarkozy. Para esses autores,

To define what well-being means a multidimensional definition has to be used. Based on academic research and a number of concrete initiatives developed around the world, the Commission has identified the following key dimension that should be taken into account. At least in principle, these dimensions should be considered simultaneously: i. Material living standards (income, consumption and wealth); ii. Health; iii. Education; iv. Personal activities including work v. Political voice and governance; vi. Social connections and relationships; vii. Environment (present and future conditions); viii. Insecurity, of an economic as well as a physical nature (STIGLITZ ET AL., 2009, p. 14)

Em resumo, como mostrou Sen (2000a), a adoção de abordagens multidimensionais faz-se necessária, não apenas para a mensuração dos fenômenos da desigualdade, como também os do bem-estar, qualidade de vida, da pobreza, do desenvolvimento social e,

especialmente para esse autor, do desenvolvimento humano, porque a vida das pessoas é duramente afetada em todas as distintas dimensões que conformam esses fenômenos.

Para Sen (2000b, p. 109), uma abordagem sobre a desigualdade, deve ser pensada a partir da ótica multidimensional, especialmente por considerar que as privações a que a sociedade é acometida não estão restritas à renda, pois essa não é um instrumento exclusivo para a “geração de capacidades”. O reconhecimento do aspecto multidimensional no debate sobre a desigualdade e a sua incorporação pela agenda pública foram algumas das principais contribuições dos trabalhos desse autor, mesmo tendo em conta que sua visão esteja baseada na concepção de que o desenvolvimento humano e a queda da desigualdade poderiam ser alcançados pelo fortalecimento das capacidades individuais. Seus esforços permitiram que abordagens multidimensionais passassem a ser utilizadas nos estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, especialmente após os anos 1990.

Todavia, a necessidade de se ampliar o conceito de desigualdade e suas formas de mensuração com base na incorporação dos estoques de bens duráveis existentes nos domicílios e do capital intangível possibilitado pelo acesso à educação e à saúde ficou cada vez mais evidente na medida em que a sociedade moderna foi avançando rapidamente ao longo do século XX.

O conhecimento e a capacidade tecnológica, como apontou Kuznets (1973), também precisam ser considerados como elementos importantes que diferenciam grupos sociais e pessoas, devendo fazer parte da mensuração da desigualdade por afetarem o bem-estar e a condição de vida em sociedade.

Os esforços que têm sido feitos para ampliar o escopo das abordagens sobre desigualdade devem-se à constatação de que um aumento do poder de compra, decorrente do acesso e/ou da elevação da renda ou mesmo da entrada no mercado de trabalho, pode individualmente fazer com que uma família consiga satisfazer suas necessidades básicas; porém, isso pressupõe que existam mercados para todos os bens e serviços que atendam todas essas necessidades, o que nem sempre é possível de se verificar.

Deve-se destacar também que, mesmo considerando a existência da necessidade de pagamento de tarifas para a utilização de serviços como água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário, fica evidente que esses elementos, ao assumirem a natureza de bens públicos e, portanto, serem viabilizados pela atuação direta ou indireta do poder público, mostram-se importantes, devendo ser considerados pois fazem parte da distribuição da produção agregada da sociedade.

A OECD (2008), nesse mesmo sentido, também contribuiu ao debate ao evidenciar a necessidade de se olhar para seis dimensões distintas da desigualdade: 1) satisfação das necessidades básicas, ou seja, itens essenciais para a sobrevivência física como alimentos, roupas etc.; 2) acesso a lazer e atividades sociais, como, por exemplo, usufruir férias; 3) disponibilidade de bens de consumo duráveis, essenciais para a realização das atividades da vida diária, como telefone, ou que aliviem o trabalho doméstico, como o forno de

micro-ondas; 4) condições de habitação, sejam elas referentes às características físicas da habitação (disponibilidade de energia elétrica, abastecimento de água ou descarga do banheiro localizado dentro do domicílio), ou sejam, aquelas referentes à localização do próprio domicílio (por exemplo, exposição a ruídos, poluição interna etc.; 5) autoavaliação das condições pessoais próprias, em termos de estresse financeiro e capacidade de fazer em face das despesas, bem como a percepção subjetiva da condição própria de pobreza; e 6) características do ambiente social onde o domicílio está localizado (exposição a riscos específicos, medo da criminalidade, disponibilidade de serviços públicos, como escolas e hospitais etc.) (OECD, 2008 p.181).

Assim, percebe-se que existe uma vasta gama de estudos que contribuem para o debate sobre a análise das desigualdades. Suas dimensões podem ser captadas por diversas óticas, como a do bem-estar ou a da privação/insuficiência. No entanto, deve-se reconhecer que essa é uma tarefa complexa, pois exige uma definição metodológica clara na concepção de indicadores que sejam capazes de mensurar esse fenômeno em termos multidimensionais e porque a avaliação e a interpretação das informações também se mostram complexas. Caso essas últimas sejam mal conduzidas, isso pode comprometer o entendimento das realidades socioeconômicas de uma comunidade, de uma região geográfica ou de uma classe social. Ademais, é preciso ter claro que esses esforços devem servir de suporte para o debate em âmbito institucional e da agenda pública para elaboração e a execução de políticas de Estado para enfrentar os desafios que esse fenômeno impõe às sociedades.

### **2.3 Insuficiência Socioeconômica Multidimensional: uma definição conceitual**

De forma a contribuir com esse debate, tanto em termos conceituais quanto em termos metodológicos e aplicados, o presente estudo, primeiramente, apresenta o conceito de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM), em seguida, faz uma proposição metodológica para sua mensuração com base no que se denominou de Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) e, por fim, estima, para os anos de 2016, 2019 e 2022, o IISM das grandes regiões geográficas brasileiras.

A ISM pode ser definida como a insuficiência de acesso a um conjunto de elementos essenciais para a reprodução da vida material em sociedade, em múltiplas dimensões. Essas, em seu conjunto, apresentam-se como as formas de manifestação da ISM, o que contribui para a definição de seu conceito. Como antecipado anteriormente, é um fenômeno que está relacionado, não apenas ao conceito de privação e, portanto, de pobreza, como também ao de desigualdade.

Sua relação com esses outros fenômenos deriva da ideia de que a insuficiência socioeconômica representa uma condição de privação de acesso em múltiplas dimensões que proporciona segregação social ao diferenciar classes, famílias e/ou indivíduos na medida do grau em que esses acessam distintos elementos essenciais para a manutenção e a reprodução da vida em sociedade. É interessante frisar que esses níveis de acesso se dão conjunta e cumulativamente nas mesmas dimensões que caracterizam os fenômenos

da pobreza e da desigualdade. Defende-se, dessa forma, que essas dimensões devem ser incorporadas a qualquer proposta de mensuração da ISM. Sinteticamente, a insuficiência socioeconômica diferencia pessoas, grupos e classes ou qualquer agrupamento de pessoas segundo critérios geográficos, etários, étnicos e/ou de gênero, impondo uma condição de insuficiência de acesso desigual aos membros de uma sociedade, em diversos níveis e dimensões.

Essa definição tem como base teórica o pensamento econômico heterodoxo de influência pós-keynesiana e marxista. Parte-se da ideia de que o modo de produção capitalista moderno reproduz, endogenamente, uma condição de insuficiência de acesso que impõe à sociedade a perpetuação das desigualdades e da pobreza em múltiplas dimensões. A ISM, nesses termos, apresenta-se como característica imanente dessa forma de organização social em torno da produção e reprodução da vida material.

A teoria pós-keynesiana forneceu-nos a ideia de que, no capitalismo de livre mercado, existe uma tendência de as economias funcionarem com ociosidade dos fatores de produção, inclusive de força de trabalho, decorrente de sua incapacidade de garantir demanda em nível suficiente para que se alcançasse uma condição de pleno emprego. Segundo Keynes (1936), o funcionamento do modo de produção capitalista é marcado pela recorrência da existência de desemprego involuntário da força de trabalho, o que implica uma forma de organização social em que coexistem reprodução recorrente de riqueza material e de pobreza, simultaneamente.

Para entender a ISM enquanto um fenômeno imanente à forma de organização da sociedade em torno da produção de bens e serviços essenciais à reprodução da vida, que replica, em termos de acesso, uma lógica concentradora e produtora de desigualdades, é necessário ter claras três ideias. A primeira refere-se à concepção pós-keynesiana, que entende que o capitalismo de livre mercado reproduziria uma condição de insuficiência de demanda enquanto uma característica intrínseca, cuja consequência é a insuficiência de acesso a uma posição no mercado de trabalho (desemprego) e à renda monetária por parte de parcela expressiva da sociedade, gerando pobreza e desigualdades. A segunda, deriva da visão marxista de que o capitalismo é immanentemente concentrador e gerador de pobreza, pois sua lógica de reprodução implica a perpetuação de uma condição de insuficiência de acesso por parte de uma classe social à propriedade privada do capital, à renda, à riqueza e aos próprios frutos do processo de produção na medida de sua contribuição. A terceira ideia é a de que o capitalismo, enquanto organização social, na medida em que avança, produz novas e reproduz velhas dimensões das desigualdades de acesso, o que exige a atuação efetiva do Estado para o seu enfrentamento.

A ISM é um conceito que se revela mais amplo e complexo que o tradicional conceito de pobreza material, pois implica múltiplas dimensões que escapam ao simples acesso a bens e serviços adquiridos no âmbito do mercado por intermédio da renda (visão utilitarista de bem-estar). Isso ocorre porque é um fenômeno que se manifesta em dimensões como: demográfica, acesso ao mercado de trabalho, acesso à proteção social e acesso a bens e serviços cujo provimento se dá por meio de equipamentos e de políticas promovidas pelo

Estado. Ademais, é um conceito mais amplo, também, que o de desigualdade econômica, pois entende que os grupos, classes ou segmentos da sociedade em análise se diferenciam na medida do grau de sua insuficiência de acesso em múltiplas dimensões.

Essa abordagem procura contribuir para o debate sobre fenômenos multidimensionais que afetam as sociedades modernas, ao propor um conceito que se mostra capaz de incorporar novos elementos que surjam com o avanço do capitalismo, seja em termos de novos bens de consumo, novos e necessários serviços públicos, do reconhecimento de direitos sociais e de novas necessidades básicas que se mostrem essenciais para a reprodução da vida moderna. Nesse sentido, como já apontaram Trovão e Araújo (2021) para o caso da desigualdade, mostra-se um conceito que, também, define um fenômeno estrutural, complexo e dinâmico que se manifesta em múltiplas dimensões.

Do ponto de vista metodológico quantitativo, precisa-se ter clara a complexa tarefa de se conceber um índice para mensurar a ISM que busque sintetizar a complexidade desse fenômeno. A proposta que será apresentada na próxima seção procura fazer exatamente isso. Expor, por meio de um índice sintético, as insuficiências que afetam a vida da sociedade em múltiplas dimensões. O chamado IISM emerge como resultado do tratamento multidimensional gráfico de diversos indicadores socioeconômicos, expostos no plano cartesiano, por dimensão. Destaca-se que a utilização desse índice pelos estudiosos do tema pode ser facilitada por seu apelo visual que é capaz de materializar a multidimensionalidade do fenômeno, expondo-a em apenas duas dimensões, o que permite que a ISM seja compreendida enquanto um distanciamento relativo na medida do grau de insuficiência de acesso nessas mesmas dimensões.

Por fim, vale ressaltar que esse conceito, do ponto de vista prático e aplicado, mostra-se funcional pois permite que qualquer pesquisador possa avaliar, não só o grau de insuficiência de um país, de uma região ou de qualquer grupamento de pessoas, mas também, sua posição relativa. Para além disso, seu apelo visual possibilita ao pesquisador pensar sobre os desafios e os possíveis caminhos para o enfrentamento desse fenômeno em cada uma das dimensões ou em todas elas simultaneamente. A próxima seção apresenta a construção metodológica do IISM.

### **3. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional: base de dados e metodologia**

O IISM foi concebido para permitir uma abordagem multidimensional da ISM e para dar suporte a estudos e análises que procuram explorar informações captadas por pesquisas domiciliares. Nesse estudo, argumenta-se que, ainda que o IISM esteja em grande medida configurado para explorar o potencial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele pode ser replicado para qualquer pesquisa domiciliar de qualquer país, com simples



adaptações em termos da definição do número de dimensões ou dos indicadores que as definem<sup>4</sup>.

A PNAD foi criada enquanto parte de um sistema de pesquisas por amostra probabilística de domicílios que vigora no Brasil desde 1967. Sua abrangência nacional tem permitido a elaboração de análises socioeconômicas sobre temas como: demografia, saúde, consumo alimentar e nutrição, condições de habitação, acesso a bens e serviços como equipamentos domésticos, a educação, a cultura, além de temas associados ao mundo do trabalho.

A PNAD Contínua, iniciada em 2012, teve sua metodologia e seu escopo alterados. Essa pesquisa passou a disponibilizar informações de caráter conjuntural sobre a força de trabalho, sendo essas captadas pelas entrevistas realizadas nos domicílios e divulgadas mensal ou trimestralmente. No entanto, o conjunto de informações de caráter mais estrutural, que contemplam temas como condições de vida, habitação e demografia manteve sua divulgação com periodicidade anual, como na antiga PNAD. A PNAD Contínua investiga mais de 211 mil domicílios em todos os trimestres em cerca de 3.500 municípios dos 5.568 existentes, em todas as regiões do território brasileiro, alcançando como desagregação territorial máxima os municípios das capitais das vinte e seis unidades da federação, além do Distrito Federal.

Como nossa intenção é trazer uma abordagem multidimensional a respeito da insuficiência socioeconômica, faz-se necessária a utilização dos dados da PNAD Contínua de divulgação anual. Para isso, podem ser utilizadas as agregações feitas pelo IBGE nas bases referentes à primeira das cinco entrevistas realizadas na amostra rotativa da pesquisa.

O IISM foi pensado para captar o grau ou nível de insuficiência socioeconômica multidimensional de um país, de uma localidade ou de qualquer objeto de análise que contemple agregações de domicílios a partir de seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo.

Cada uma dessas dimensões é composta por um conjunto de indicadores que possibilitam a identificação e a classificação de cada uma das pessoas e/ou dos domicílios respondentes do questionário da pesquisa de acordo com sua condição de insuficiência socioeconômica total e/ou em cada uma das seis dimensões em que essa insuficiência se manifesta. A síntese do conjunto de indicadores utilizados para a construção do IISM, assim como sua agregação nas seis dimensões definidas, é apresentada no Quadro 1.

---

<sup>4</sup> Ressalta-se, contudo, que as pesquisas domiciliares apresentam limitações para quantificar diversos aspectos das desigualdades ressaltados ao longo da revisão da literatura e que se mostram relevantes uma vez que se trata de um fenômeno cumulativo e dinâmico. Essas pesquisas, com algumas exceções, não possibilitam a mensuração, por exemplo, da qualidade dos serviços de educação, saúde e mobilidade urbana; da insegurança econômica associada a doenças e à desintegração familiar; da representatividade política e governança; da insegurança relacionada às questões ambientais; etc.

A ideia básica é a seguinte: 1) cada um dos indicadores assume os valores um ou zero, caso a condição definida seja cumprida ou não, respectivamente; 2) é possível calcular o somatório dos valores dos indicadores observados para os indicadores específicos em cada uma das dimensões, sendo que o valor dessa soma pode variar entre zero e o número de indicadores que compõem cada dimensão; 3) um domicílio será classificado como em situação de insuficiência socioeconômica em cada uma das dimensões se a razão entre esse somatório e o total de indicadores da dimensão for igual ou superior a 0.25.

Exemplos: 1) em uma dimensão como “Educação”, que possui quatro indicadores (Ver Quadro 1), o domicílio que cumprir uma ou mais condições apresentará uma razão igual ou superior a 0.25, sendo assim classificado como insuficiente nessa dimensão; 2) no caso da dimensão “Acesso a bens de consumo”, que possui sete indicadores, um domicílio só será classificado como insuficiente nessa dimensão caso cumpra duas ou mais condições definidas por seus indicadores, pois se exige que essa razão seja igual ou superior a 0.25.

**Quadro 1 – Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis**

Dimensão	Indicador	Nome da Variável
Educação	- Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetas - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos fora da escola - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos de idade em defasagem escolar - Ausência no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais com, no mínimo, ensino médio completo	adulto_analf jovem_fora_escola jovem_em_defas0617 sem_ensi_med_comp
Trabalho	- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais desocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais em situação de desalento - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais subocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais na informalidade	desocup desalento subocup informal
Renda e patrimônio	- Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de pobreza extrema (0.25 do salário mínimo) - Rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a linha de pobreza (0.5 do salário mínimo) sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo - Presença no domicílio de pessoas de 65 anos de idade ou mais sem aposentadoria ou pensão - Ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores	ext_pobreza pobreza_sem_assist idoso_sem_apos sem_propriedade
Condições habitacionais	- Ausência de material apropriado na composição das paredes do domicílio (alvenaria ou madeira apropriada) - Ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio - Utilização de lenha ou de combustível inadequado para a preparação de alimentos no domicílio	sem_parede sem_sanitario sem_combust_fogao
Acesso a bens de consumo	- Ausência no domicílio de ao menos um telefone (fixo ou móvel) - Ausência no domicílio de ao menos uma geladeira ou freezer - Ausência no domicílio de ao menos uma máquina de lavar roupas - Ausência no domicílio de ao menos um televisor - Ausência no domicílio de ao menos um computador - Ausência no domicílio de acesso à internet - Ausência no domicílio de ao menos um veículo (motocicleta ou automóvel)	sem_telefone sem_geladeira sem_maq_lavar sem_tv sem_pc sem_internet sem_veiculo
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	- Ausência no domicílio de água proveniente da rede geral de abastecimento e distribuição - Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa ligada à rede) - Ausência no domicílio de serviço de coleta de lixo - Ausência de energia elétrica	sem_agua_rede sem_esgoto sem_col_lixo sem_eletric

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração dos autores.

A classificação dos domicílios dessa forma permite o cálculo das frequências relativas dos domicílios em situação de insuficiência socioeconômica para cada uma das dimensões. Esse valor nos informa o peso relativo, ou seja, a proporção de domicílios nessa condição sobre o total de domicílios. Isso permite que se defina que, quanto maior o valor observado para uma determinada dimensão, isto é, quando esse tende a um

(100%), maior será o grau de insuficiência nessa determinada dimensão. Já, quanto mais próximo de zero, menor será esse grau.

Ao dispor cada um desses valores no plano cartesiano por meio de uma representação gráfica de radar, obtém-se uma figura geométrica de seis lados, cujos vértices são a representação do grau de insuficiência socioeconômica em cada uma das seis dimensões definidas. Ao fazer isso, a proporção de domicílios em insuficiência em cada uma das dimensões passa a representar o valor da distância dos pontos dos vértices desse polígono ao ponto central (0,0), podendo essa variar de zero a um.

A partir disso, definiu-se um hexágono regular hipotético como representação da pior situação possível, isto é, da condição de máxima ISM, ou seja, uma situação em que 100% dos domicílios encontram-se em situação de insuficiência socioeconômica em 100% das dimensões. Nesse caso, a distância entre cada um dos pontos dos vértices e o ponto central desse hexágono regular representativo da máxima ISM é igual a unidade.

Para calcular a área desse hexágono regular representativo da máxima ISM pode ser definida pela fórmula:

$$A_h = \frac{3L^2\sqrt{3}}{2}$$

onde  $A_h$  é a área do hexágono e  $L$  o lado do polígono, ou seja, a distância entre os pontos dos vértices e o ponto central (0,0). Para o caso hipotético de máxima ISM, com  $L = 1$ , tem-se que  $A_h = \frac{3\sqrt{3}}{2}$ .

É de se esperar que nenhuma sociedade apresente uma situação em que 100% de seus domicílios encontrem-se em situação de insuficiência em 100% das dimensões. Nesse caso, a figura formada pelos vértices definidos pelas proporções de domicílios em situação de insuficiência nas seis dimensões não deverá assumir a forma de um hexágono regular de lado igual a um, mas sim, de um polígono irregular de seis lados.

O cálculo para um polígono irregular formado no plano cartesiano a partir das coordenadas de seus vértices pode ser feito pelo somatório das áreas dos triângulos vizinhos mais próximos em sentido horário, independentemente do triângulo inicial.

Considerando um triângulo qualquer de coordenadas  $A(X_a, Y_a)$ ,  $B(X_b, Y_b)$  e  $C(X_c, Y_c)$ , pode-se calcular sua área da seguinte forma:

$$A_t = \frac{1}{2}|D|$$

onde,

$$|D| = \begin{vmatrix} X_a & Y_a & 1 \\ X_b & Y_b & 1 \\ X_c & Y_c & 1 \end{vmatrix}$$

Dessa forma, a área do polígono observado pode ser definida como o somatório das áreas dos triângulos sequenciais formados entre os pontos que correspondem às proporções de domicílio em IS em cada eixo de cada dimensão e o ponto central (0,0) do plano cartesiano.

O IISM foi pensado para quantificar de forma sintética a relação entre uma situação observada qualquer em termos de ISM e o máximo grau de ISM, ou seja, a pior situação possível, o que em termos visuais é representado pelo hexágono regular com  $L = 1$ .

Esses valores sintéticos do IISM, em nossa metodologia, são obtidos pela razão entre a raiz quadrada da área do polígono observado e a raiz quadrada da área do hexágono hipotético representativo da máxima ISM. Assim, tem-se que:

$$IISM = \frac{\sqrt{A_{obs}}}{\sqrt{A_h}}$$

onde,  $A_{obs}$  é a área do polígono observado para uma unidade de análise qualquer e  $A_h$  a área do hexágono representativo da máxima ISM.

Sendo  $A_{obs} \leq A_h$ , nota-se que o valor do IISM só pode assumir valores entre zero e um. Isso se deve ao fato de a área do polígono de seis lados observado ser definida por triângulos formados por vértices com distâncias em relação ao centro inferiores ou iguais à unidade.

Por fim, a interpretação dos valores do IISM para qualquer recorte de análise deve ser a seguinte: quanto mais próximo de zero estiver o IISM, mais afastado da pior situação possível (100% de domicílios com insuficiência socioeconômica em 100% das dimensões) e, portanto, menor o grau de ISM. Já, quanto maior o IISM, mais próximo estará o objeto de análise da pior situação possível e, portanto, maior o grau de ISM.

Visualmente, quanto menor for o valor de IISM, menor será a área do polígono observado. Em contraposição, quanto maior o IISM, maior a área do polígono, sendo seu limite superior, a área e a forma do hexágono regular representativo da máxima ISM.

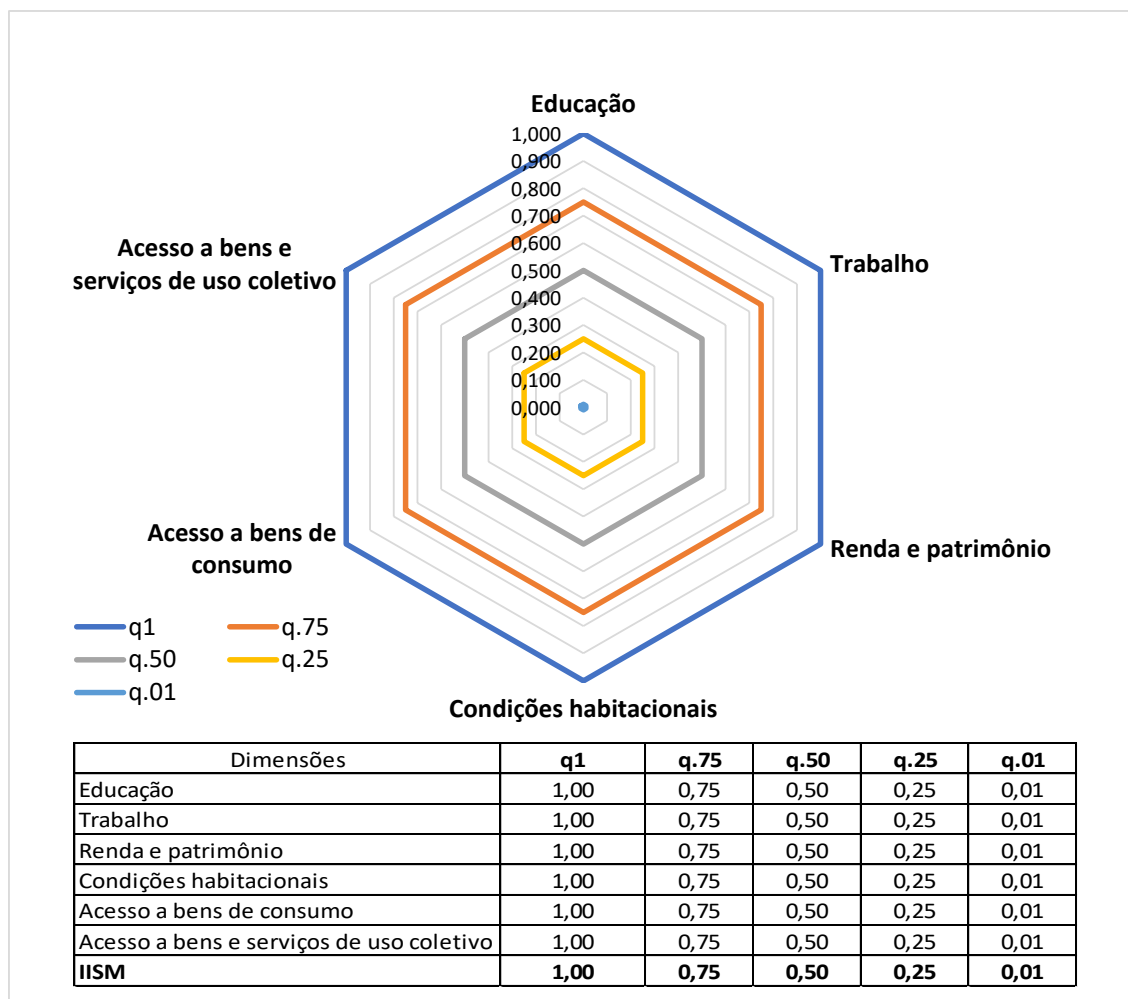
A Figura 1 traz cinco situações hipotéticas para objetos de análises cujas proporções de domicílios com insuficiência socioeconômica assumem valores idênticos para cada uma das dimensões (1, 0,75, 0,5, 0,25 e 0,01, respectivamente). É possível verificar que quanto menor a área do polígono, mais afastado se está da máxima insuficiência e, portanto, menor o valor assumido pelo IISM.

Considerando tais casos hipotéticos, nota-se que o IISM assumirá valores que são idênticos às proporções hipotéticas definidas para cada uma das dimensões. Isso ocorre porque o IISM, ainda que seja um indicador construído com base em variáveis de dimensão quadrática (áreas), foi definido como raízes quadradas dessa razão.

Desse modo, para um objeto de análise com 100% dos domicílios em situação de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, o IISM assumirá o valor 1 (um). Já

para um objeto de análise em que 75% de seus domicílios se encontrem nessa condição, o IISM assumirá o valor de 0,75. Isso vale para os casos hipotéticos em que as proporções são 50%, 25% e 1%.

**Figura 1 – Proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica segundo dimensões e valores para o IISM segundo cinco situações hipotéticas (q1, q.75, q.50, q.25, q.01)**



Fonte: Elaboração dos autores.

Esses resultados de teste demonstram que uma alteração na proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica em qualquer uma das dimensões produzirá uma alteração de mesmo sentido no IISM, porém, em escala proporcional, pois cada dimensão representa apenas 1/6 do total das dimensões. Se imaginarmos uma melhora na situação educacional de um país, a ponto de possibilitar uma redução pela metade da proporção de domicílios em situação de insuficiência na dimensão educacional, isso provocará uma redução no IISM de aproximadamente 8,7% ( $1 - \sqrt{\frac{10}{12}}$ ).

#### 4. IISM: uma aplicação para o Brasil a partir de um recorte macrorregional

Na presente seção, procuramos apresentar os resultados das estimativas do IISM para as macrorregiões brasileiras para os dados da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2019 e 2022. Todos os cálculos foram feitos para o total da população, isto é, ponderados pelos pesos após recalibração disponibilizados pelo IBGE na própria base (variável V1032 do questionário da PNAD Contínua).

A escolha desse recorte analítico deve-se ao fato de o Brasil apresentar, reconhecidamente, uma histórica, expressiva e estrutural desigualdade entre suas macrorregiões. Esse tem sido objeto de análise de uma grande quantidade de estudos, tanto no campo das Ciências Sociais quanto no das Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso da Economia (OLIVEIRA, 1993; PACHECO, 1996; GUIMARÃES NETO, 1997; ARAÚJO, 2006).

Assim, nosso objetivo é verificar se essas desigualdades também se manifestam por meio do fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional, e se podem ser captadas pelo IISM. Para isso, nosso percurso de análise partirá das estimativas para os indicadores base (Tabela 1), passando pelas dimensões que os agregam (Figura 2), para chegar ao índice sintético IISM (Gráfico 1).

Preliminarmente, percebe-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam, via de regra, indicadores mais elevados que o restante do país, indicando um maior grau de insuficiência socioeconômica multidimensional, uma vez que isso se manifesta em todas as dimensões para quase todos os indicadores.

Além disso, chama a atenção que as distâncias que separam essas duas regiões das demais são significativamente elevadas. Ao se olhar, por exemplo, os indicadores de analfabetismo de adultos e de extrema pobreza no Nordeste, ou os indicadores de acesso a bens de consumo como geladeira e televisor no Norte, notamos que seus valores assumem níveis expressivamente superiores à média nacional (mais que o dobro).

Do ponto de vista da evolução da ISM no período de 2016 a 2022, momento em que o país passou por duas severas crises, uma política e econômica (2015-2016) e outra sanitária, econômica e social (2020-2021), sendo essa última decorrente da pandemia da Covid-19, os dados revelam uma distinção entre os dois períodos. No primeiro, o IISM mantém-se em decorrência do efeito de dois movimentos: 1) a piora de indicadores associados às dimensões Trabalho e Renda e patrimônio; e 2) uma melhora na maioria dos indicadores das demais dimensões, o que acabou por compensar o primeiro movimento. Já no segundo período (2019-2022), nota-se uma relativa melhora da maioria dos indicadores em todas as dimensões. Com a exceção de indicadores como: idosos sem aposentadoria, ausência de registro de propriedade do imóvel, acesso a computador pessoal ou à internet e acesso a televisor no domicílio, que apresentaram uma piora para a média do Brasil como um todo, a maior parcela dos indicadores ou sofreram redução ou ficaram estáveis. Deve-se destacar que a visão geral do período como um todo (2016-

2022) revela uma relativa estabilidade da condição de insuficiência socioeconômica multidimensional no país.

A não divulgação das informações para os anos de 2020 e 2021, pelo IBGE, compromete uma análise mais profunda dos efeitos da pandemia sobre todas essas dimensões. Por outro lado, fica evidente que, ainda que se possa observar uma melhora em boa parte dos indicadores, nenhuma mudança estrutural pôde ser observada no período 2016-2022. As diferenças expressivas entre as grandes regiões mantiveram-se. Não houve um movimento significativo em direção à redução das desigualdades regionais no país nesse período, do ponto de vista da ISM.

**Tabela 1 – Proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica (em %). Brasil e Macrorregiões, 2016-2022.**

Dimensão	Indicador	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Brasil		
		2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022	2016	2019	2022
Educação	adulto_analf	16,1	14,9	12,8	25,9	23,7	21,0	7,0	6,5	6,2	6,5	5,9	5,8	9,9	9,0	7,6	12,8	11,7	10,6
	jovem_fora_escola	3,3	2,9	2,2	2,9	2,2	1,7	1,8	1,5	0,9	2,2	1,1	1,2	2,1	1,9	1,6	2,3	1,7	1,3
	jovem_em_defas0617	21,3	18,5	17,4	17,6	15,2	13,6	13,1	11,0	10,2	12,8	10,9	10,4	13,8	12,6	12,3	14,9	12,8	11,8
	sem_ensi_med_comp	42,3	37,1	33,7	47,2	42,6	39,0	30,7	28,2	26,3	38,5	35,4	33,1	36,6	32,5	29,3	37,5	34,1	31,4
Trabalho	desalentado	5,1	6,7	5,6	8,7	11,7	9,9	2,2	2,6	2,6	1,5	1,8	1,7	2,1	2,7	2,4	4,0	5,2	4,6
	desocup	15,0	15,0	11,4	15,5	15,6	12,9	15,9	16,2	11,5	10,4	10,2	6,8	13,4	13,9	9,4	14,7	14,9	11,0
	subocup	8,2	10,9	8,7	10,3	13,3	11,2	5,2	7,4	6,4	4,5	6,0	4,7	4,1	6,1	5,6	6,5	8,9	7,5
	informal	53,2	55,2	54,5	45,5	44,9	44,9	29,6	33,1	32,6	26,8	28,2	27,1	36,8	39,5	38,4	35,6	37,6	37,1
Renda e patrimônio	ext_pobreza	18,5	19,5	11,4	19,9	21,5	13,0	5,4	5,9	4,0	4,1	4,4	3,1	5,2	5,8	3,4	9,9	10,8	6,8
	pobreza_sem_assist	40,7	40,6	27,7	42,2	42,2	30,6	15,6	15,8	10,6	12,3	11,9	7,7	17,0	16,9	10,0	24,0	24,1	16,6
	idoso_sem_apos	2,4	3,0	3,2	2,1	2,6	2,8	3,8	4,0	4,6	2,6	2,9	3,3	3,0	3,4	3,7	3,0	3,3	3,8
	sem_propriedade	22,8	24,9	24,7	23,4	24,4	25,8	29,5	31,5	32,7	25,7	26,7	29,0	34,0	36,3	38,9	27,2	28,8	30,2
Condições habitacionais	sem_parede	3,4	2,8	2,1	2,0	1,7	1,4	0,2	0,3	0,2	1,2	1,1	1,1	1,0	0,8	0,7	1,1	1,0	0,8
	sem_sanitario	3,7	10,1	7,1	4,2	5,2	4,4	0,3	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	1,6	2,3	1,8
	sem_combust_fogao	29,6	36,0	30,3	22,0	25,5	24,5	5,9	9,2	7,9	24,7	28,0	27,9	21,2	20,5	11,5	15,9	19,2	17,2
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	11,4	9,7	5,4	10,6	8,8	5,8	3,2	2,9	1,9	2,8	2,2	2,0	2,2	2,0	1,3	5,6	4,8	3,1
	sem_geladeira	7,1	7,2	5,5	3,3	3,3	2,5	0,8	0,8	0,8	0,6	0,5	0,5	1,0	1,2	1,1	1,9	1,9	1,6
	sem_maq_lavar	59,0	55,9	45,0	66,8	63,3	58,9	23,4	21,1	18,2	16,6	14,3	10,7	33,0	26,5	19,8	37,1	34,2	29,8
	sem_tv	6,2	8,7	11,3	3,6	5,3	7,2	1,7	2,5	3,5	2,1	2,7	3,7	2,7	4,5	6,2	2,7	3,9	5,3
	sem_pc	71,4	73,8	72,7	69,2	72,6	73,5	44,0	50,4	51,1	44,6	50,0	51,7	51,8	55,5	56,2	53,3	58,3	59,1
	sem_internet	44,4	27,6	15,3	48,8	28,3	14,8	26,9	13,7	8,3	32,3	16,3	9,1	30,9	13,9	7,4	35,0	19,0	10,6
	sem_veiculo	49,8	48,8	45,5	50,2	48,5	47,1	39,4	37,7	37,8	27,8	26,4	26,3	30,4	27,8	27,9	40,5	38,9	38,3
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	20,0	19,9	16,7	11,6	11,4	10,2	3,6	3,8	3,8	5,0	5,4	5,2	4,4	5,3	3,8	7,2	7,3	6,7
	sem_esgoto	77,5	71,2	68,1	51,8	51,7	48,7	10,7	11,0	10,8	34,9	31,2	30,2	45,3	40,0	38,8	32,6	31,4	30,2
	sem_col_lixo	20,6	20,1	17,6	19,8	17,3	15,5	3,4	2,9	2,7	5,6	5,1	4,9	7,3	7,4	5,8	9,6	8,7	7,8
	sem_eletric	1,3	1,2	0,9	0,4	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

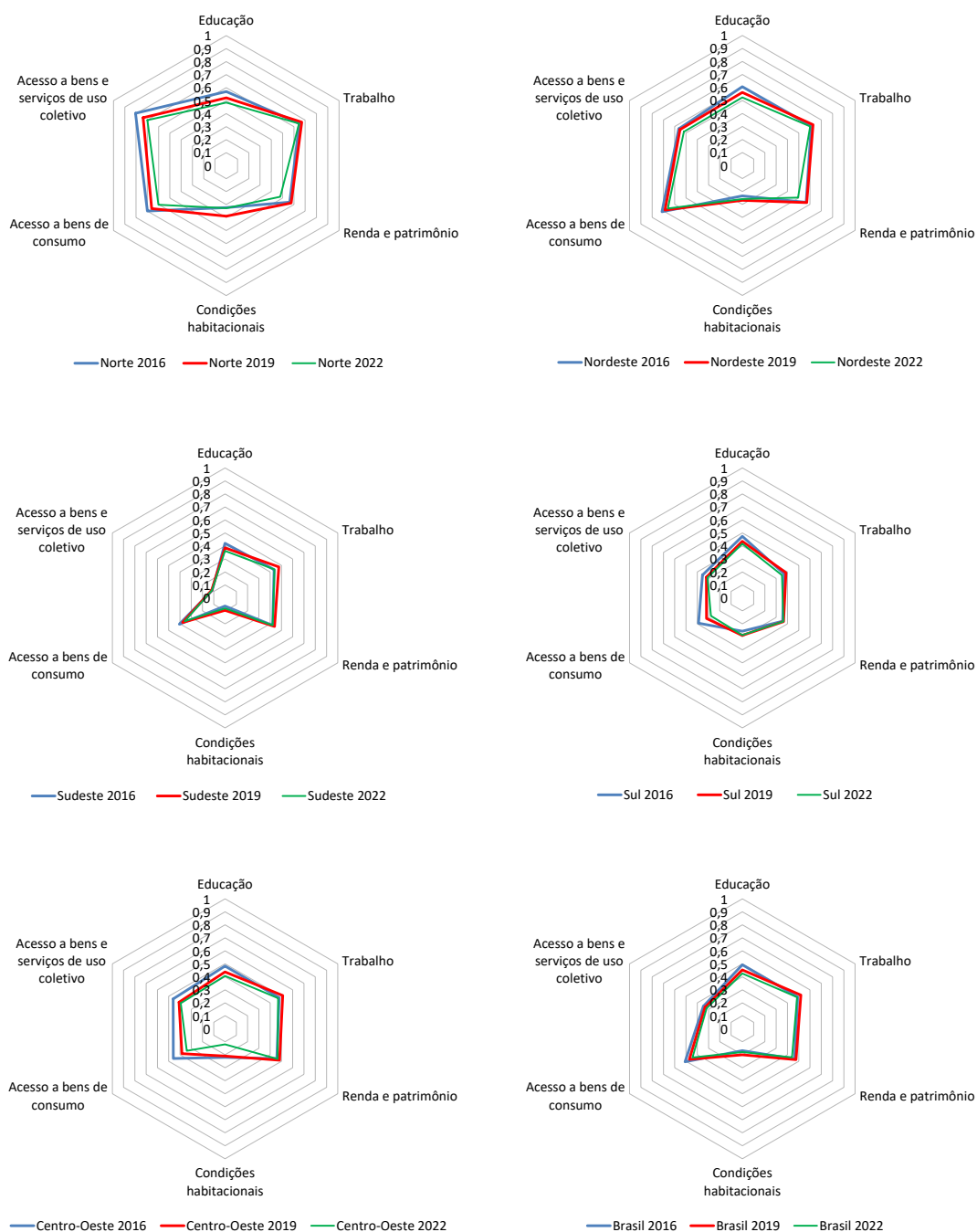


A vantagem do tratamento dessas informações por meio da agregação dos indicadores por dimensão e sua apresentação na forma de polígonos no plano cartesiano, é permitir a visualização, em duas dimensões, de um fenômeno que é multidimensional.

A Figura 2 traz os resultados dessa agregação, por região para os anos de 2016, 2019 e 2022. Inicialmente, percebe-se que os polígonos que representam a condição de ISM no Norte e no Nordeste são, e mantiveram-se, maiores que os das demais regiões, indicando graus de insuficiência socioeconômica multidimensional relativamente mais elevados, pois se encontram mais próximos do hexágono hipotético que representa a máxima ISM.

Assim, em termos visuais, fica clara a relação entre a área do polígono observado e a área máxima, o que demonstra que quanto mais próximos do centro estão os vértices do polígono e, por consequência, menor sua área, menor será o grau de insuficiência. Entre 2016 e 2019 é possível observar redução da insuficiência socioeconômica para algumas dimensões, o que aproxima algumas dimensões dos vértices, e aumento em outros, o que distancia outras dimensões do vértice. A redução dos polígonos entre 2019 e 2022 indicam uma relativa melhora em todas as regiões. No entanto, essa melhora é insuficiente para indicar uma transformação estrutural da expressiva ISM no país. Ademais, as diferenças em termos de tamanho dos polígonos entre as regiões permitem que se verifique não apenas a expressiva insuficiência de acesso (privação) a que estão submetidos os domicílios brasileiros, mas, também, confirmam as expressivas desigualdades multidimensionais (distância relativa) em termos regionais. Esse apelo visual permite, ainda, que se avalie em qual dimensão a situação é mais ou menos severa do ponto de vista da ISM, o que favorece, ao mesmo tempo, um olhar mais específico, focalizado, sem perder de vista o quadro mais geral.

**Figura 2 – Proporção de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica segundo dimensões. Brasil e Macrorregiões, 2016-2022.**

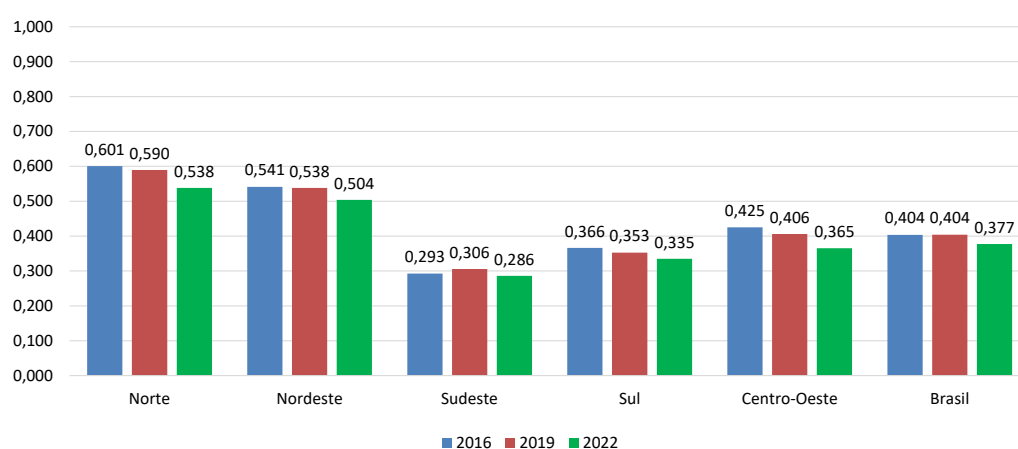


Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

O argumento aqui apresentado é confirmado pelos valores do IISM, que sintetizam essas constatações. Pela observação do Gráfico 1, ficam evidentes as diferenças entre as regiões. Observa-se uma piora da insuficiência socioeconômica multidimensional no Sudeste e melhora em todas as outras macrorregiões entre 2016 e 2019, enquanto que,

quando comparados os anos de 2019 e 2022, a melhora do IISM ocorreu em todas as grandes regiões brasileiras. O índice proposto é capaz de informar com apenas um valor que o grau de insuficiência socioeconômica multidimensional é significativamente superior à média nacional nas regiões Norte (48%, 46% e 42% respectivamente para 2016, 2019 e 2022) e Nordeste (34%, 33% e 33% respectivamente para 2016, 2019 e 2022). Essas estimativas confirmam que nesse período, não houve transformações expressivas no sentido da redução das desigualdades regionais no país.

**Gráfico 1 – Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Brasil e Macrorregiões, 2019-2022.**



Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração dos autores.

## 5. Considerações Finais

O presente trabalho procurou apresentar a Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) enquanto um fenômeno estrutural e dinâmico, que exige uma abordagem metodológica compatível com a complexidade que o tema exige.

Para isso, definimos como estratégia a construção de um indicador sintético, o IISM, que fosse concebido a partir de elementos visuais, cuja vantagem é representar graficamente, em apenas duas dimensões, a característica de multidimensionalidade que o fenômeno da insuficiência socioeconômica possui.

Acredita-se que sua estrutura, por basear-se na identificação das múltiplas insuficiências em nível domiciliar, seja funcional por ser replicável para a grande maioria das pesquisas domiciliares dos mais diversos países, além de possibilitar distintos recortes de análise, como o territorial, que pode ser utilizado como estudo de caso para explorar a potencialidade dessa proposta conceitual e metodológica.

As estimativas para o total de domicílios em termos populacionais (expansão amostral) na PNAD Contínua comprovam a hipótese de perpetuação de uma elevada condição de desigualdades que distancia as macrorregiões Norte e Nordeste do Brasil das demais. Mais que isso, a partir do IISM, pode-se confirmar que essas desigualdades estruturais se manifestam em termos multidimensionais por meio do fenômeno da insuficiência socioeconômica.

Por fim, esperamos ter contribuído em termos teóricos e metodológicos sobre esse tema, que se tem mostrado cada vez mais relevante para o entendimento da real condição social e econômica das sociedades modernas. A crise imposta pelo coronavírus certamente trouxe impactos negativos para os fenômenos da pobreza, da desigualdade e da insuficiência econômica.

O próximo passo é tornar recorrente a apresentação das estimativas do IISM para toda a sociedade, permitindo a essa que conheça sua real condição em termos de insuficiência socioeconômica multidimensional, e possibilitando a pesquisadores e elaboradores de políticas públicas pensarem e desenharem estratégias para alterar a estrutural e histórica condição de desigualdade na sociedade brasileira e nos países subdesenvolvidos.

### **Referências Bibliográficas**

- Abernethy, G. L. (1959). *The idea of equality: An anthology*. John Knox Press, Richmond, Virginia.
- Alkire, S. and Foster, J. (2007). 'Counting and Multidimensional Poverty Measures'. OPHI Working Paper 7.
- Alkire, S. and Foster, J. (2011). *Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement*. OPHI Working Paper 43.
- Almeida, A. C. (1997). *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Eduff, Niterói, Rio de Janeiro, 1997.
- Araújo, T. B. (2006). Revisitando a questão regional. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2006.
- Atkinson, A. B. (1970). On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory* 2, pp. 244–263.
- Atkinson, A. B. (2015). *Inequality: What can be done?* Harvard University Press.
- Atkinson, A. B.; Bourguignon, F. (1982). The Comparison of Multi-Dimensioned Distributions of Economic Status, *The Review of Economic Studies*, Volume 49, Issue 2, April 1982, Pages 183–201, <https://doi.org/10.2307/2297269>

- Barros, R. P. de; Carvalho, M. de; Franco, S. (2003). O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). TD986 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Rio de Janeiro, 2003.
- Beveridge, William (1942). Social Insurance and Allied Services (The Beveridge Report), London, Modern History Source Book.
- Bibi, S. (2005) Measuring Poverty in a Multidimensional Perspective: A Review of Literature. PMMA Working Paper, November, 2005-2007.
- Bokor A. (1984). “Deprivation; dimensions and indices”, Stratification and Inequality, R. Andor and T. Kolosi (eds.), Budapest, Institute for Social Sciences.
- Boltvinik, J. (2014). Multidimensionalidad de la pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- Bossert, W., Chakravarty, S. and D'Ambrosio, D. (2009). Multidimensional Poverty and Material Deprivation. Working Papers 129. ECINEQ, Society for the Study of Economic Inequality.
- Bourguignon, F. (1999). Comment to 'Multidimensioned Approaches to Welfare Analysis' by Maasoumi, E. In Handbook of income inequality measurement. Ed. J. Silber, Boston, Dordrecht and London: Kluwer Academic, pp. 477-484, 1999.
- Bourguignon, F. and Chakravarty, S. (2003). The Measurement of Multidimensional Poverty. Journal of Economic Inequality, 1(1): 25–49.
- Braga, D. and Assuncao, G. (2021). PNADcIBGE: Downloading, Reading and Analysing PNADC Microdata. R package version 0.6.5. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=PNADcIBGE>.
- Brandolini, A. and D'Alessio, G. (1998). Measuring Well-being in the Functioning Space. Rome: Banco d'Italia Research Department.
- Carvalho, A. R.; Souza, L. R. (2021). A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. Revista de Economia Política, vol. 41, nº 2, pp. 402-425, abril-junho/2021.
- Castel, R. As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- Chakravarty, S. and D'Ambrosio, C. (2006). The Measurement of Social Exclusion. Review of Income and Wealth, 53(3): 377–398.
- Chakravarty, S. and Silber, J. (2008). Measuring Multidimensional Poverty: The Axiomatic Approach. In N. Kakwani and J. Silber (eds.) Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement. Basingstoke: Macmillan.

Chow N.W.S. (1982). *Poverty in an Affluent City: A Report of a Survey of Low Income Families in Hong Kong*, Chinese University of Hong Kong.

CIDE (1998). IQM – Índice de Qualidade dos Municípios. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

Citro C.F. and Michael R.T. (eds.) (1995). *Measuring Poverty: A New Approach*, Panel on Poverty and Family Assistance, National Research Council, Washington D.C., National Academy Press.

Comin, F; Bagolin, I. P.; Avila, R.; Porto Júnior, S. S.; Picolotto, V. C. (2006). *Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. Projeto de Pesquisa: Pobreza Multidimensional em Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Costa, M. (2002). *A multidimensional approach to the measurement of poverty*. IRISS. Working papers series No. 2002-05 – Luxembourg.

Costa, M. A.; Marguti, B. O. (2015) *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Decancq, K.; Lugo, M. A. (2009). *Measuring inequality of well-being with a correlationsensitive multidimensional Gini index*. Society for the Study of Economic Inequality - ECINEQ Working Paper n° 124.

Decancq, K. and Lugo, M. (2013). *Weights of Multidimensional Indices of Well-Being: An Overview*. *Econometric Reviews*. <https://doi.org/10.1080/07474938.2012.690641>

Dedecca, C. S.; Trovão, C. J. B. M.; Souza, L. F. (2014). *A avaliação multidimensional da pobreza no Brasil*. In: Julio Boltvinik et al. (Org.). *Multidimensionalidad de la pobreza: propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP / Alberto Cimadamore, 2014, v. 1, p. 275-304.

Deutsch, J. and Silber, J. (2005). *Measuring Multidimensional Poverty: An Empirical Comparison of Various Approaches*. *The Review of Income and Wealth*, 51: 145–174.

Dworkin, R. (2005) *A virtude soberana*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Engels, F. ([1847] 1982). *Princípios básicos do comunismo*. MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Editorial “Avante!”, 1, 52-59.

Fisher, G.M. (1998). “Setting American standards of poverty: a look back,” *Focus*, vol. 19, No. 2.

Fitoussi, J. & Rosanvallon, P. *A nova era das desigualdades*. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1997.

Gajdos, T.; Weymark, J. A. (2003). Multidimensional generalized Gini indices. Working Paper No. 03-w11. Department of Economics, Vanderbilt University, 2003.

Gini, C. (1912). Variabilità e mutabilità: contributo allo studio delle distribuzioni e delle relazioni statistiche. [Fasc. I.]. Tipogr. di P. Cuppini.

Guerra, A.; Pochmann, M.; Silva, R. A. (2014). Atlas da Exclusão Social no Brasil: dez anos depois. Volume 1. São Paulo: Cortez, 2014.

Guimarães Neto, L. (1997). Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. Planejamento e Políticas Públicas, n. 15, IPEA, Brasília, 1997.

ILO (International Labour Organization) (1976). Employment Growth and Basic Needs: a One-World Problem. Report of the Director General of the ILO, Geneva.

ILO (1977). Meeting Basic Needs: Strategies for Eradicating Mass Poverty and Unemployment. Conclusions of the World Employment Conference 1976, Geneva.

India, Government of (1978). Five Year Plan 1978-83, New Delhi, Planning Commission.

IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IBGE (1998). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: PNUD, 1998.

Kageyama, A.; Hoffmann, R. (2006). Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

Kanbur, R. (2003). Conceptual Challenges in Poverty and Inequality: One Development Economist's Perspective, Helsinki, World Institute for Development Economics Research (WIDER), United Nations University.

Kakwani, N. and Silber, J. (2008). Quantitative Approaches to Multidimensional Poverty Measurement. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Keynes, J. M. ([1930] 1984.) As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos. In: SZMRECSNY, T. (org) John Maynard Keynes: Economia; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, [1930] 1984.

Keynes, J. M. (1936). The General Theory of Employment, Interest and Money. Ed: Macmillan London.

Kolm, S.-C. (1969). The optimal production of social justice. In: Margolis, J., Guitton, H. (Eds.), Public Economics. Macmillan, London, pp. 145–200, 1969.

Kolm, S.-C. (1977). Multidimensional egalitarianisms. Quarterly Journal of Economics 91, 1–13, 1977.

Koshevoy, G.; Mosler, K. (1996). The Lorenz zonoid of a multivariate distribution. Journal of American Statistical Association 91, pp. 873-882, 1996.

Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality, *American Economic Review* 45: 1-28.

Kuznets, S. (1973). Concluding remarks. In: MOSS, M. *The measurement of economic and social performance*. National Bureau of Economics Research/Columbia University Press, New York.

Lewis, A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labor, *The Manchester School of Economic and Social Studies*, 28: 139-91.

Lister, R. (1990). *The Exclusive Society: Citizenship and the Poor*, London, Child Poverty Action Group.

Lopes, H. M.; Macedo, P. B. R.; Machado, A. F. (2003). *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. TD223 / UFMG-Cedeplar, Belo Horizonte: 2003.

Lorenz, M. O. (1905). Methods of Measuring the Concentration of Wealth, *Publications of the American Statistical Association*, 9:70, 209-219.

Lugo, M. C. (2005). *Comparing Multidimensional Indices of Inequality: Methods and Application*. Society of the Study for Economic Inequality – ECINEQ. Working Paper 14, 2005.

Lydall, H. F. (1968). *The Structure of Earnings*. Oxford: Oxford University Press.

Meade, J. E. (1964). *Efficiency, Equality and the Ownership of Property*. London: Allen and Unwin.

Maasdorp, G. and A.S.V. Humphreys (eds.) (1975). *From Shanty Town to Township: an Economic Study of African Poverty and Rehousing in a South African City*, Cape Town, Juta.

Maasoumi, E. (1986). The Measurement and Decomposition of Multi-dimensional Inequality. *Econometrica*, 54 (4): pp. 991-997, 1986.

Maasoumi, E. (1999). Multidimensioned Approaches to Welfare Analysis. In *Handbook of income inequality measurement*. Ed. J. Silber, Boston: Kluwer Academic, pp. 437-477, 1999.

Mack, J. and S. Lansley (1984). *Poor Britain*, London, Allen and Unwin.

Malaysia, Government of (1986). *Fifth Malaysia Plan 1986-1990*, Kuala Lumpur, Government Printer.

Marshall, T. H. ([1963] 1967). *Cidadania, classe social e status*. Ed Zahar, Rio de Janeiro.

Marx, K. (2004) *O capital: Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata*. Tradução Klaus Von Puchen. 2 ed. São Paulo, Centauro, 2004.



Marx, K. & Engels, F. ([1848] 1999) Manifesto Comunista. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. [1848] 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3wEHIZ2>

Marx, K. (1857) Para uma crítica da economia política. Edição Ridendo Castigat Mores Versão para eBook. [1857] 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3yJ4DnK>

Marx, K. ([1867] 2016). O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital. Editora José Olympio.

Mosler, K. Multidimensional Welfarism. In Eichhorn, W. (Ed.) (1991). Models and Measurement of Welfare and Inequality - Springer-Verlag, pp. 808-820, 1991.

Neder, H. D. (2008). Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

OECD (2008). Growing Unequal? Income distribution and poverty in the OECD countries. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris: OECD.

Oliveira, F. (1993). A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados, v. 7, n. 18, 1993, pp. 43-63.

Osberg, L.; Sharpe, A. (2002). An index of economic well-being for select OECD countries. Review of Income and Wealth, Ontario, International Association for Research in Income and Wealth/Blackwell Publishing, v. 48, n. 3, 2002.

Osberg, L.; Sharpe, A. (2006). New Estimates of the Index of Economic Well-being for Selected OECD Countries. Center for the Study of Living Standards, 10e colloque de comptabilité nationale organisé par l'Association de comptabilité nationale, Paris, France, 2006.

Pacheco, C. A. (1996). A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional (Tese de Doutorado), Campinas, [s.n.], 1996.

Piketty, T. (2014). O capital no século XXI. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Pillay, P.N. (1973). “Poverty Datum Line Study Among Africans in Durban”, Occasional Paper, No. 3, Department of Economics, University of Nepal.

PNUD (2001). Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano. Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, New York, 2001.

PNUD (2014). Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD, New York, 2014.

Polanyi, K. ([1944] 1980) A grande transformação: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrobel – 3ª ed. - Rio de Janeiro: Ed. Campus, [1944] 1980.

- Pradhan, M.; Ravallion, M. (2000). Measuring Poverty Using Qualitative Perceptions of Consumption Adequacy. *Review of Economics and Statistics*. Vol. 82:3. Pp 462-471, 2000.
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ravallion, M. (2011). On Multidimensional Indices of Poverty. *World Bank Policy Research Working Papers*, 5580.
- Rein, M. (1970). "Problems in the definition and measurement of poverty", *The Concept of Poverty*, P. Townsend (ed.), London, Heinemann.
- Ricardo, D. ([1817] 1996). *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Série Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Rocha, S. (2000). Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: Henriques, R. (Org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, IPEA, Rio de Janeiro, 2000, 109-127.
- Rousseau, J. J. ([1754] 2011). *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Trad. Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: *Ridendo Castigat Mores*. [1754] 2001.
- Rowntree, B.S. (1901). *Poverty: A Study of Town Life*, London, Macmillan.
- Rowntree, B.S. (1918). *The Human Needs of Labour*, London, Longmans (new edition, 1937).
- Salama, P.; Demestrau, B. (1999). *O tamanho da pobreza – economia política da distribuição de renda*. Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 1999.
- Savaglio, E. (2002). *Multidimensional inequality: A survey*. Working Paper No. 362, Dipartimento di Economia Politica, Università degli Studi di Siena, 2002.
- Sen, A. K.; Foster, J. (1973) *On Economic Inequality*. Oxford University Press, 1973.
- Sen, A. (1979a). Issues in the Measurement of Poverty. *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 81, No. 2, Measurement in Public Choice, pp. 285-307.
- Sen, A. (1979b). Equality of What? In: *The Tanner Lecture on Human Values*, delivered at Stanford University. May 22, 1979.
- Sen, A. (1983). *Relatively Speaking*. *Oxford Economic Papers, New Series*, Vol. 35, No. 2 (Jul., 1983), pp. 153-169.
- Sen, A. (1990). Justice: Means versus Freedoms. *Philosophy & Public Affairs*, 19(2), 111–121. <http://www.jstor.org/stable/2265406>.
- Sen, A. K. (2000a) A Decade of Human Development. *Journal of Human Development*, 1:1, 17-23.

- Sen, A. K. (2000b) *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, A. M. R. (2009). *Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- Simon, H. (1957). The Compensation of Executives. *Sociometry*, 20: 32–5.
- Slottje, D.J. (1991). Measuring the quality of life across countries. *Rev Econ Stat* 73: 684-693.
- Smeeding, T. et. al. (1993). Poverty, Inequality and Family Living 238 Standards Impacts Across Seven Nations: The Effect of Non-cash Subsidies for Health, Education and Housing. *Review of Income and Wealth*. Vol. 39:3 Pp 229-256, 1993.
- Souto, A. L. S.; Kayano, J.; Almeida, M. A.; Petrucci, V. A. (1995). Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. *Revista Pólis*, São Paulo, n. 21, 1995.
- Stiglitz, J. E. (1969). Distribution of Income and Wealth Among Individuals. *Econometrica*, 37: 382–97.
- Stiglitz, J. E. (2015). The origins of inequality, and policies to contain it. *National Tax Journal* 2015 68:2, 425-448.
- Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress. The Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress (CMEPSP). Disponível em: < <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/8131721/8131772/Stiglitz-Sen-Fitoussi-Commission-report.pdf>>.
- Tawney, R. H. ([1931] 1995). *The Religion of Inequality*. In: DESAI, M. LSE on equality, a centenary anthology. London: Transaction Publishers [1931] 1995.
- Theil, H. (1967). *Economics and Information Theory*. North-Holland Publishing Company, Amsterdam.
- Thorbecke, E. (2008). *Multidimensional Poverty: Conceptual and Measurement Issues*. In N. Kakwani and J. Silber (eds.), *The Many Dimensions of Poverty*. New York: Palgrave MacMillan.
- Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom*, London, Allen Lane and Penguin Books.
- Townsend, P. (2006). Introduction: compendium of best practices in poverty measurement. In: *Compendium of Best Practices in Poverty Measurement*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brazil, pp. 15-34. ISBN 8524039086.

Trovão, C. J. B. M. (2015) Desigualdade multidimensional: uma abordagem Keynesiana para o seu enfrentamento. Recurso online (241 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1627579>.

Trovão, C; Araújo, J. (2021). Desigualdade multidimensional, insuficiência socioeconômica e concentração de renda no Brasil a partir de um olhar macrorregional. *Desenvolvimento em Debate*, 9(1), 121-157. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/39632>.

Trovão, C. J. B. M.; Manzano, S. P. Fundamentos da Desigualdade: Uma Abordagem Teórica 2019 (Texto para Discussão 003 | 2019 - DEPEC/UFRN, Natal - RN).

Tsui, K. (1995). Y. Multidimensional generalizations of the relative and absolute inequality indices: The Atkinson–Kolm–Sen approach. *Journal of Economic Theory* 67, 251–265, 1995.

Tsui, K. (1999). Multidimensional Inequality and Multidimensional Generalized Entropy Measures: An Axiomatic Derivation. *Social Choice and Welfare*, 16 (1): pp. 145-157, 1999.

Tsui, K. (2002). Multidimensional Poverty Indices. *Social Choice and Welfare*, 19(1): 69–93.

UNDP (1994). *New Dimensions of Human Security. Human Development Report*. New York, Oxford University Press, 1994.

UNICEF; IBGE (1994). *Municípios brasileiros: crianças e suas condições de sobrevivência*. Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 1994.

Van Parijs, P., & Vanderborght, Y. (2017). *Basic income: A radical proposal for a free society and a sane economy*. Harvard University Press.

Weymark, J. A. (1981). Generalized Gini inequality indices. *Mathematical Social Sciences* 1, pp. 409–430, 1981.

Weymark, J. A. (2003). *The Normative Approach to the Measurement of Multidimensional Inequality*. Working Paper No. 03-W14. Department of Economics - Vanderbilt University, Nashville, 2003.